UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA

CARLOS ANDRÉ LUCENA DA CRUZ

O REASSENTAMENTO DOS REFUGIADOS COLOMBIANOS E PALESTINO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

NATAL/RN
2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA

Carlos André Lucena Da Cruz

O REASSENTAMENTO DOS REFUGIADOS COLOMBIANOS E PALESTINO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

NATAL/RN
2008

CARLOS ANDRÉ LUCENA DA CRUZ

O REASSENTAMENTO DOS REFUGIADOS COLOMBIANOS E PALESTINO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da UFRN, para a obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientadora: Professora Drª. Beatriz Maria Soares Pontes

NATAL/RN
2008

Catalogação da Publicação na Fonte.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Cruz, Carlos André Lucena da.
O reassentamento dos refugiados colombianos e palestino no Estado do Rio Grande do Norte. / Carlos André Lucena da Cruz. - Natal, RN, 2008.
105 f.

Orientadora: Profª. Drª. Beatriz Maria Soares Pontes.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia.

1. Território – Dissertação. 2. Desterritorialização – Dissertação. 3. Reterritorialização – Dissertação. 4. Migrações internacionais – Dissertação. 5. Refugiados – Dissertação. I. Pontes, Beatriz Maria Soares (Orient.). II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 911.37(813.2)

RESUMO

A partir do segundo semestre de 2004, chegaram os primeiros refugiados em território Potiguar, encaminhados pelo ACNUR, e acompanhamos, com outros agentes locais, a implementação e desenvolvimento desta ação conjunta e inovadora, ou seja, o reassentamento dos referidos refugiados, em território potiguar. Para tanto, foram abordados os conceitos de território, desterritorialização, reterritorialização e migrações internacionais. O Estado do Rio Grande do Norte é pioneiro, na Região Nordeste, neste tipo de ação, uma vez que, antes desta experiência, apenas outros Estados tais como Rio Grande do Sul e São Paulo, estavam engajados no que tange à essa ação. Sendo assim, o presente trabalho analisa o processo de reassentamento de refugiados, realizado no Rio Grande do Norte, entre 2004 e 2005. A pesquisa aborda os aspectos que resultaram na partida desses refugiados dos seus respectivos territórios de expulsão (Colômbia e Palestina), bem como as características e perspectivas das áreas que acolheram os refugiados (Natal, Lajes e Poço Branco). Por último, o trabalho trata dos resultados logrados em campo, através de entrevistas e registro fotográfico, junto aos refugiados.

Palavras-chave: território, desterritorialização, reterritorialização, migrações internacionais, refugiados.

ABSTRACT

Since the second semester of 2004, the first refugees guided by ACNUR arrived at Potiguar's territory. Then we follow closely, with other local actors, the implementation and development of this innovative action, namely the resettlement of those refugees in Rio Grande do Norte. To accomplish this, we consider the concepts of territory, dispossession, repossession and international migration. The state of Rio Grande do Norte is a pioneer in the Northeast, in this type of action, since, before this experience, just Rio Grande do Sul and São Paulo were engaged in this kind of action. Therefore, this paper analyzes the process of resettlement of refugees, fulfilled in Rio Grande do Norte, between 2004 and 2005. The research broaches the regards that resulted in departure of these refugees from their respective territories (Colombia and Palestine) as well as the characteristics and prospects of the areas that hosted the refugees (Natal, Lajes e Poço Branco). Finally, the work deals with the results achieved afield, through interviews and photographic record, near by refugees.

Key words: territory, dispossession, repossession, international migration, refugees.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: O MANDATO BRITÂNICO.....49

FIGURA 2: PLANO DE PARTILHA DA ONU (1947) E ISRAEL (1949).....50

FIGURA 3: JUDEUS E PALESTINOS NO ACORDO DE 1994.....54

FIGURA 4: MULHERES REFUGIADAS.....92

FIGURA 5: CULTURAS PRODUZIDAS NA ÁREA DO PROJETO.....100

FIGURA 6: IRRIGAÇÃO POR GOTEJAMENTO ADOTADA NO PROJETO.....101

FIGURA 7: MILHARAL IRRIGADO POR GOTEJAMENTO.....102

FIGURA 8: PRIMEIRA RESIDÊNCIA DE RAFAEL E FAMÍLIA NO CENTRO DE LAJES/RN.....103

FIGURA 9: SEGUNDA RESIDÊNCIA DE RAFAEL E FAMÍLIA, NA PERIFERIA DE LAJES/RN.....103

FIGURA 10: PRIMEIRA RESIDÊNCIA DE ROBERTA E FAMÍLIA EM POÇO BRANCO/RN.....105

FIGURA 11: CASA EM QUE MOROU SOLEDADE E SEUS FILHOS EM POÇO BRANCO/RN.....107

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: AUTROES PRESUMIDOS DE SEQUESTROS.....39

QUADRO 2: PARCEIROS DO ACNUR NO BRASIL.....59

QUADRO 3: NÚCLEO (SEM FILHOS).....93

QUADRO 4: NÚCLEO (SEM FILHOS).....93

QUADRO 5: NÚCLEO (COM FILHOS).....94

QUADRO 6: NÚCLEO (COM FILHOS).....94

QUADRO 7: NÚCLEO (COM FILHOS).....94

QUADRO 8: COLHEITA PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2006.....99

QUADRO 9: FONTES DE ÁGUA NO PROJETO AGRÍCOLA SUSTENTÁVEL.....100

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: A MIGRAÇÃO DE REFUGIADOS NO MUNDO.....28

TABELA 2: REDE DE ENSINO.....73

TABELA 3: REDE DE ENSINO.....74

TABELA 4: SERVIÇOS DE SAÚDE.....75

TABELA 5: SERVIÇOS DE SAÚDE.....76

TABELA 6: SERVIÇOS DE SAÚDE.....77

TABELA 7: SERVIÇOS DE SAÚDE.....78

TABELA 8: SERVIÇOS DE SAÚDE.....79

TABELA 9: SERVIÇOS DE SAÚDE.....80

TABELA 10: SERVIÇOS DE SAÚDE.....81

TABELA 11: SERVIÇOS DE SAÚDE.....82

TABELA 12: LAVOURA TEMPORÁRIA.....83

TABELA 13: LAVOURA PERMANENTE.....84

TABELA 14: PECUÁRIA.....85

TABELA 15: PECUÁRIA.....86

TABELA 16: NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR EQUIPAMENTO E SETORES DO CRIATÓRIO.....87

TABELA 17: ESTRUTURA EMPRESARIAL (NÚMERO DE UNIDADES).....88

TABELA 18: ESTRUTURA EMPRESARIAL (NÚMERO DE UNIDADES).....89

TABELA 19: NÚMERO DE REFUGIADOS POR CONTINENTE DE PROCEDÊNCIA.....91

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....11

1 TERRITÓRIO, DESTERRITORIALIZAÇÃO, RETERRITORIALIZAÇÃO E AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS.....18

1.1 Território, Desterritorialização, Reterritorialização.....18

1.2 Migrações internacionais.....22

1.2.1 A migração e fator econômico.....24

1.2.2 Migração ambiental.....26

1.2.3 A migração dos refugiados de território.....27

2 OS TERRITÓRIOS DE EXPULSÃO DOS REFUGIADOS: A COLÔMBIA E A PALESTINA.....36

2.1 A Questão Colombiana.....36

2.2 A Questão Palestina.....47

3 OS REFUGIADOS: INSTITUIÇÕES E OS TERRITÓRIOS DE RECEPÇÃO.....57

3.1 Instituições.....57

3.2 Os territórios de recepção: Natal, Lajes e Poço Branco.....62

3.2.1 Natal/RN.....62

3.2.2 Lajes/RN.....68

3.2.3 Poço Branco.....68

3.3 Perfil socioeconômico geral dos municípios integrantes dos territórios dos territórios de recepção.....69

3.4 Os Refugiados Reassentados no Estado do Rio Grande do Norte.....90

3.4.1 Os núcleos de refugiados existentes no Estado do Rio Grande do Norte.....95

3.4.1.1 Núcleo familiar do refugiado Rafael.....95

3.4.1.2 Núcleo familiar da refugiada Roberta.....104

3.4.1.3 Núcleo familiar da refugiada Soledade.....106

3.4.1.4 Núcleo da refugiada Rosário.....107

3.4.1.5 Núcleo do refugiado Omar Yasser.....109

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....114

REFERÊNCIAS.....115

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Atualmente, percebemos a necessidade de se estabelecer uma base de maior concretude do que tange ao dever moral, por parte dos Estados ou dos demais seres humanos de acolher pessoas perseguidas, posto que sem esta base, a responsabilidade se situa, apenas, no âmbito do dever-ser, o qual não, necessariamente, se reverte em um efetivo ser.

Assim, os principais fundamentos do refúgio passaram a ser a dignidade humana, a qual deve ser preservada por todos, inclusive os Estados, em função de sua relevância e do princípio da cooperação internacional, resultante da consciência de se estar vivendo em um mundo inter-relacionado. A, que considerarmos, também, a solidariedade, base da maioria das ações na esfera internacional, principalmente, no que tange à cooperação entre Estados. Teremos que resgatar, inclusive, a tolerância, conceito presente nas mais variadas filosofias, inclusive nas religiosas, que permite o convívio entre os diversos grupos sociais no mundo.

O tema da dignidade do ser humano está entre as questões filosóficas estudadas desde os primórdios da filosofia moderna. Exemplos, disto, é a preocupação renascentista, com tal conceito, que resultou a obra "Discurso sobre a dignidade do homem", de Giovanni Pico Della Mirandola e a presença na obra de Imanuel Kant, que declara:

> O homem, e, duma maneira geral, todo ser racional, *existe* como fim em si mesmo, *não só como meio* para o uso arbitrário desta ou daquela vontade. Pelo contrário, em todas as suas ações, tanto nas que se dirigem a ele mesmo, como nas que se dirigem a outros seres racionais, ele tem que ser sempre considerado, *simultaneamente, como fim*, e "no reino dos fins, tudo tem um *preço* ou uma *dignidade*. Quando uma coisa tem um preço, pode-se pôr, em vez dela, qualquer outra coisa como equivalente; mas quando não permite *equivalente*, então, ela tem dignidade".

Este interesse decorre da relevância atribuída ao homem, em face do universo, o que demanda uma valorização de sua essência e a garantia da sua manutenção.

O conceito de dignidade humana, assim como o de direitos humanos, não é preciso e abrange todas as garantias mínimas que devem ser asseguradas ao ser humano,

enquanto tal. Para Millán Puelles *apud* Perez (1986) “esta finalidade ou superioridade do ser humano sobre os [seres], que não têm razão, é o que se denomina de dignidade da pessoa humana”.

A proteção da dignidade humana é a “opção necessária”, no momento atual da história da humanidade, para que não se chegue ao caos:

> Para conjugarmos o risco de consolidação da barbárie, precisamos construir, urgentemente, um mundo novo, uma civilização que assegure a todos os seres humanos, sem embargo das múltiplas diferenças biológicas e culturais, que os distinguem entre si, o direito elementar à busca da felicidade (COMPARATO, 2000).

Já a solidariedade é um dos sentimentos encontrados há mais tempo na raça humana, e, segundo Baptista (1998), constitui um dos valores maiores na construção dos direitos humanos, uma vez que, sem ela, não há reconhecimento da pessoa e, conseqüentemente, nem direitos humanos.

Apesar de o conceito de solidariedade existir há muito tempo, de acordo com Farias (1998), foi redescoberto no século XIX, quando passou a fornecer uma base positiva para a atuação do Estado. Nesse momento, originou-se o direito de solidariedade, consubstanciado em obrigações estatais, para os indivíduos.

Ainda de acordo com esse autor, a solidariedade vem a ser essencial para a sociedade moderna, em virtude de sua complexidade e, conseqüentemente, de servir como paradigma para a atuação dos Estados, enquanto produtos do social:

> A solidariedade representa a constatação de que, ao lado das formas tradicionais de solidariedade, a sociedade caminha para uma complexidade crescente, com novas práticas sociais, políticas, jurídicas, econômicas, culturais, industriais e tecnológicas que subvertem os dados da vida social. Esta não é mais o conjunto coerente que os antigos e, também, o individualismo do pensamento moderno, imigraram. Doravante, a sociedade caminha para uma diferenciação cada vez maior, uma heterogeneidade crescente, onde é excluída toda possibilidade de um retorno ao homogêneo. A vida social, não pode ser pensada fora de um combate permanente, fora de turbulências, onde uma pluralidade de formas de vida, afeta todos os grupos que se encontram, se afrontam, se combatem, se aliam ou se acomodam entre si, no interior de um espaço, onde os homens nascem por acaso. As épocas em que as hierarquias naturais podiam conter

> essa efervescência, não existem mais. O discurso solidarista tenta forjar uma unidade, levando em conta essa pluralidade da vida social (FARIAS, 1998).

Assim, como é necessária para a sociedade interna, a solidariedade é indispensável para a sociedade internacional, uma vez que essa, como mencionado, não é centralizada e hierarquicamente organizada, dependendo da vontade política e de seus integrantes, na maioria das vezes.

Em um momento em que o Direito Internacional e a Geopolítica devem enfrentar temas globais, como os Direitos Humanos e o Meio Ambiente, o recurso à solidariedade, aparenta ser o único caminho, viável, por colocar a todos na real condição dos homens: a de condôminos do mundo.

Neste sentido,

> A solidariedade prende-se à idéia de responsabilidade de todos pelas carências ou necessidades de qualquer indivíduo ou grupo social. É a transposição, no plano da sociedade política, da *obligatio in solidum,* do direito privado romano. O fundamento ético, deste princípio, encontra-se na idéia de justiça distributiva, entendida como necessária compensação de bens e vantagens entre classes sociais, como a socialização dos riscos normais da existência humana (COMPARATO, 2000).

No caso do reconhecimento do *status* de refugiado, estamos diante da concretização desta lição, pois suprimos a carência de um grupo em função de esse ser parte da humanidade e, de todos serem, portanto, responsáveis pelo seu porvenir.

Deste modo, temos que a solidariedade é um dos fundamentos filosóficos da concessão de refúgio, posto que a proteção do ser humano é de responsabilidade de todos.

No que tange a tolerância, o seu conceito apresenta sentidos múltiplos, em função do fato de a palavra "tolerância" apresentar vários significados, entre os quais podemos destacar: "qualidade de tolerante; ato ou efeito de tolerar; atitude de admitir a outrem uma maneira de pensar ou agir, diferente da adotada por si mesmo; ato de não exigir ou interditar, mesmo podendo fazê-lo; permissão; paciência; condescendência; indulgência".

De acordo com Ricoeur (1995), que funda seu conceito de tolerância na evolução histórica deste princípio, a tolerância pode ser entendida, negativamente,

quando vem expressar a "abstenção de interditar ou de exigir" ou positivamente, no sentido de reconhecer, efetivamente, as diferenças:

> A proteção contra a obstrução não basta. A correção das desigualdades devidas à diferença de peso social é exigida pela regra da justiça. A tolerância assume, então, um sentido positivo: à abstenção acrescenta-se o reconhecimento do direito de existência das diferenças e do direito às condições materiais de exercício de sua livre expressão. Desse modo, a justiça se separa, de certa forma, dos interesses dos grupos mais fracos, na medida em que a justiça é inseparável de uma ação corretiva, com relação aos abusos resultantes da pretensão do mais forte de se sobrepor à esfera de exercício da liberdade do outro. Do princípio da abstenção, começamos a nos deslocar para o princípio da admissão (RICOEUR, 1995).

A tolerância, desse modo, serve, num primeiro momento, à proteção limitada, uma vez que se resume a um não-fazer, evoluindo, modernamente, para uma obrigação positiva, que permita, não somente, a convivência dos diferentes, mas também lhes assegure os seus direitos (LÉVI-STRAUSS, 1970).

De acordo com Amaral Júnior (2001), a tolerância, além do escopo geral, apresenta três faces, às quais correspondem três vantagens: (1) ao ser encarada como prudência política, na medida em que a convivência entre facções opostas traz benefícios; (2) pode ser vista como método, uma vez que se funda na "crença da razoabilidade humana e na superioridade da persuasão, sobre a força" e (3) entendida como "princípio moral absoluto, o qual se baseia no reconhecimento da dignidade da pessoa alheia".

Entendo, também, a tolerância como algo positivo e benéfico, mas ampliando a sua importância, Walzer (1999) a considera como necessária em um mundo multicultural: "a tolerância torna a diferença possível, a diferença torna a tolerância necessária". Além de ser necessária para a diferença, a mesma é tida como um requisito da coexistência pacífica, a qual é, "sem dúvida, um princípio moral importante e substantivo".

A sociedade internacional é entendida como a mais tolerante das organizações de grupos e demonstra como a tolerância é tanto possível em seu contexto, quanto parte indispensável de sua manutenção:

> A sociedade internacional é, aqui, uma anomalia, porque, obviamente, não é um regime doméstico. Há quem diga que não é sequer um regime, mas antes uma condição anárquica e sem leis. Se isso fosse verdade, essa seria uma condição de absoluta tolerância: vale tudo, nada é proibido, pois ninguém está autorizado a proibir (ou permitir), mesmo que muitos participantes anseiem por fazê-lo. De fato, a sociedade internacional não é anárquica; é um regime muito fraco, mas como regime é tolerante, apesar da intolerância de alguns Estados que a compõem. Todos os grupos que alcançam a condição de Estado e todas as práticas que eles permitem, são tolerados pela sociedade de Estados. A tolerância é uma característica essencial da soberania e uma causa importante de sua atração (WALZER, 1999).

Em sendo parte do cotidiano da sociedade internacional, devido ao caráter multicultural desta e, sendo indispensável para a convivência pacífica entre as diferenças, a tolerância se configura em um princípio importante da proteção dos direitos humanos e, conseqüentemente, do Direito Internacional dos Refugiados.

Deste modo, verificamos que, quer por questões religiosas, quer por questões morais ou, ainda, por razões humanistas, a proteção do ser humano e o dever dos Estados de garanti-la para seus nacionais ou para estrangeiros, sob sua jurisdição, sempre é justificada e, sendo os refugiados uma categoria de ser humano que depende dessa proteção, conta, o refúgio, com ampla fundamentação filosófica.

Assim sendo, os objetivos do presente trabalho seguem, abaixo arrolados:

O objetivo principal: discutir, analisar e avaliar a experiência vivenciada na gestão do projeto de reassentamento de refugiados ocorrida em território potiguar, entre novembro de 2004 a maio de 2005, juntamente com a realidade atual dos refugiados, tornando assim esta pesquisa um ponto de referência para outros profissionais que venham a trabalhar com reassentamento, dentro das dificuldades e perspectivas da realidade do Nordeste brasileiro.

Objetivos específicos:

- Estudar como se desenvolveu a primeira experiência de reassentamento no Nordeste brasileiro;
- Apontar os níveis e condições de vida em que se encontram, atualmente, os refugiados em solo Potiguar;
- Verificar quais os tipos de programas e Políticas Públicas disponibilizadas para os refugiados, nas áreas onde se encontram os reassentandos;

- Verificar se existem outros atores sociais envolvidos com os refugiados e o que estão fazendo por eles;
- Avaliar se os refugiados alcançaram um nível de autonomia pessoal e profissional satisfatórios ou, ainda, necessitam de algum tipo de suporte.

No que concerne à estrutura desta dissertação de mestrado devemos salientar que, na introdução, além das questões relevantes, acima delineadas, o primeiro capítulo abordará os conceitos de território, de desterritorialização e de reterritorialização, bem como os aspectos que abrangem as migrações internacionais por razões econômicas, ambientais e a especificidade das migrações de refugiados de território.

O segundo capítulo discutirá a questão dos refugiados colombianos e da Palestina, diretamente, ligada aos conflitos que se desenvolvem, tanto na Colômbia, quanto no Oriente Médio.

No terceiro capítulo abordaremos o papel e o significado das instituições que trabalham com os refugiados de território, seus principais objetivos, características e mecanismos. Ainda, no âmbito deste capítulo, ressaltaremos os territórios de recepção, no Estado do Rio Grande do Norte, envolvidos com os reassentamentos dos aludidos refugiados. Este capítulo ainda contém os perfis dos refugiados em questão, logrados a partir das entrevistas que os mesmos nos concederam.

As técnicas de pesquisa utilizadas neste trabalho foram as seguintes: resgate da bibliografia, concernente ao tema; consulta a Legislação relativa aos refugiados internacionais; acesso às bases documentais relativas ao ACNUR e ao CONARE; levantamentos estatísticos, referentes as características dos municípios que formam as áreas de recepção dos refugiados reassentados; entrevistas realizadas junto a todos os refugiados; levantamento fotográfico, diretamente, afeto aos refugiados e resgate de mapas específicos, alusivos a temática da presente dissertação.

CAPÍTULO 1:

TERRITÓRIO, DESTERRITORIALIZAÇÃO, RETERRITORIALIZAÇÃO E AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

1 TERRITÓRIO, DESTERRITORIALIZAÇÃO, RETERRITORIALIZAÇÃO E AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

1.1 Território, desterritorialização e reterritorialização

Ponderamos que para realização do estudo da nossa temática se faz necessário comentar alguns conceitos da geografia, dentre eles o de território, desterritorialização e reterritorialização.

O território tem sido usado como um conceito ambíguo. Tanto pode nos dar idéia de espaço social, como também, espaço ocupado e defendido por determinada espécie animal. O território, também, pode ser usado de forma abstrata, quando nos referimos ao "território das ciências humanas". Entretanto, tem o seu uso concreto em se tratando do território de um Estado. O homem territorializado está intimamente ligado ao seu Estado-Nação, seja por laços políticos, econômicos, afetivos, culturais e etc. O homem, ali, está coberto por símbolos e significados que o identificam como pertencente aquele território (HAESBAERT, 1997).

O território é um "compartimento do espaço", tendo como funções principais: servir de abrigo como forma de segurança e de trampolim para oportunidades. Portanto, o território assume diferentes significados para distintos grupos sociais.

Assim, o território, geograficamente falando, é um determinado espaço controlado por relações de poder, como por exemplo, o poder de comando de um Estado que se impõe, dentro dos seus limites legais, como já mencionamos.

O território é entendido como enraizamento, localização, área com fronteiras, Estado-Nação, ponto de referência. Por outro lado, a desterritorialização é entendida como fluxo, rompimento de fronteiras, deslocalização, movimento [...] (SAQUET, 2007, p.132). É também, verdade, que as pessoas desenraizam-se, assim como suas culturas, suas línguas, modos de ser, etc. Se existem processos de desterritorialização é porque precedente a eles, há um território. Assim, o processo de desterritorialização está intimamente ligado a um problema relacionado ao território. Existem vertentes que apontam a desterritorialização ligada a um processo de mistura cultural, dificultando o destaque de uma identidade singular e identificamos outras, que o distinguem como relacionado à fragilidade fronteiriça. Neste caso, estamos nos referindo ao território de

um Estado-Nação. A definição de desterritorialização muda dependendo da concepção de território que está sendo empregada (HAESBAERT, 2004).

O processo de desterritorialização é uma característica essencial da sociedade global em formação. É um processo cada vez mais intenso e generalizado. Há coisas, pessoas e idéias desterritorializando-se [...] (IANNI, 1999, p. 95-100).

A desterritorialização acentua novas possibilidades de ação e imaginação (novos sonhos, novos sentimentos, novos modos de agir etc.), revelando condições, até então, desconhecidas, quando indivíduos são lançados na sociedade global. A partir do contexto precedente, muita coisa mudará para aquele que se desloca, inclusive modificações nos significados de objetos e valores. Assim, o processo global, como, hoje, se configura, transporta os indivíduos além fronteiras, para novas realidades lingüísticas e tradições culturais diferentes, através da desterritorialização (IANNI, 1999).

Os grupos sociais que deixam para traz seus Estados-Nação, em busca de outra pátria, por motivos variados, estão se desligando do seu verdadeiro e costumeiro modo de viver, arrancados de suas "raízes" plantadas nas terras onde nasceram.

A desterritorialização manifesta-se tanto na esfera da economia, como na da política e cultura. Todos os níveis da vida social, em alguma medida, são alcançados pelo deslocamento ou dissolução de fronteiras [...] (IANNI, 1999, p. 95).

A separação entre matrizes econômicas, políticas e culturais não significa adotar uma posição estruturalista que distingue, de forma clara, esses componentes. Na verdade, as dimensões são assim identificadas, porque os discursos assumem essa separação (HAESBAERT, 2004, p. 171).

> Para alguns, a problemática que se coloca é a mobilidade crescente do capital e das empresas – a desterritorialização seria um fenômeno, sobretudo, de natureza econômica. Para outros, a grande questão é a crescente permeabilidade das fronteiras nacionais e, assim, a desterritorialização seria um processo, primordialmente, de natureza política. Enfim, para os mais "culturalistas", a desterritorialização estaria ligada, acima de tudo, à disseminação de uma hibridização de culturas, dissolvendo os elos entre um determinado território e uma identidade cultural que lhe seria correspondente (HAESBAERT, 2004, p. 172).

A desterritorialização econômica é vista como um sinônimo de "globalização econômica". Hoje, se formam mercados com fluxos comerciais cada vez mais independentes de suas bases, antes definidas. Falamos, ainda, em desterritorialização como sinônimo de "deslocalização" (HAESBAERT, 2004).

Para os grupos sociais que migram, se desterritorializar, pode ser, também, deixar seu cotidiano para traz, no que se refere ao tipo de trabalho que desenvolvia. O modo específico como o trabalhador lidava com o mercado, as técnicas que ele executava em seu país, o conhecimento da moeda, dos juros, do cotidiano financeiro, tornaram-se diferentes. Se levarmos em conta, dois países com realidades bastante distintas, averiguamos que durante esse processo de "realocação", muito vai ser deixado para traz, com o advento da permanência em um outro território. Aliás, quando um refugiado, deixa para traz as relações sociais, econômicas e políticas que tinha com o seu país, está se desterritorializando.

Se levarmos em conta que o Estado-Nação é o agente territorializador ou serve de condição territorializadora, o desvinculamento dos grupos sociais que migram dos seus Estados é considerado como desterritorialização, na perspectiva política. A inscrição das pessoas pela sua residência, imposta pelo Estado, pode ser vista como uma "pseudoterritorialidade" (HAESBAERT, 2004, p.196).

Através de padrões políticos, um Estado tanto pode construir territorialidades, como pode desconstruí-las (desterritorialização). A desterritorialização política, está estreitamente ligada com a esfera social do Estado.

As formações sócio-culturais de tribos e clãs, nações e nacionalidades, províncias e regiões, muitas vezes sedimentadas por séculos de história, tradições e mitos, tudo isso pode ser alterado, abalado e mutilado ou recriado [...] (IANNI, 1999, p.152-153).

Todo grupo se define, essencialmente, pelas ligações que estabelece no tempo, tecendo seus laços de identidade na história e no espaço, apropriando-se de um território (concreto e/ou simbólico), onde se distribuem os marcos que orientam suas práticas [...] (HAESBAERT, 2002, p. 93).

> Prioritária ou não, antecedendo ou não a política, a dimensão cultural sempre esteve presente nos processos de formação territorial. A carga identitária ou simbólica, naquilo que Anderson (1989) denominou de "comunidades imaginadas" (mas nunca somente imaginadas), aparece,

> hoje, com uma ênfase raramente vista. Os territórios modernos por excelência, os do Estado-Nação, estariam marcados por uma "comunidade imaginada", calcada na figura de um indivíduo nacional-universal, capaz de impor-se sobre as diversas comunidades baseadas na diferenciação étnica dos grupos sociais. Lado a lado, porém, se reinventam símbolos e identidades nacionais, estruturados para consolidar a homogeneização da nova "Nação-Estado" (HAESBAERT, 2004, p. 215).

Desta forma, o surgimento do Estado-Nação moderno e da sua sociedade, sob a ótica cultural (do mesmo modo como observamos na esfera política) corresponde a uma ação "ambivalente", ao mesmo tempo desterritorializadora e reterritorializadora.

Para Caplan *apud* Haesbaert (2004) "desterritorialização" é um termo para o deslocamento de identidades, pessoas e significados, de caráter endêmico em relação ao mundo pós-moderno.

A desterritorialização cultural significa ver sua identidade passar por transformações, ou seja, em alguns casos, abdicar de fragmentos da sua formação identitária e passar a assimilar novas características.

Devemos ressaltar que tudo que se desterritorializa, se reterritorializa. Assim, os que se deslocam da sua pátria, em busca de outro Estado-Nação, estarão fadados, em face do seu desenraizamento, a adquirirem novas práticas e valores nas terras que os acolherão.

Se, por um lado entendemos desterritorialização por fluxo e movimento, por outro, reterritorialização seria vista como um novo enraizamento, que solicitaria dos grupos sociais (como os migrantes, refugiados, nômades etc.) a adoção de um novo comportamento e de um novo estilo de vida.

A reterritorialização de um indivíduo implica na aceitação de um novo território, no qual passará a receber uma nova carga de símbolos. Sob a ótica da natureza, o individuo terá contatos com um novo ambiente, muito diverso daquele existente no seu local de procedência. Terá que assimilar novos costumes, práticas e idéias, até mesmo por uma questão de sobrevivência. Além disso, terá que aprender como se comportar nesse novo lugar.

Para o entendimento das questões inerentes aos refugiados que pesquisamos é compulsório que saibamos que estes indivíduos estão em processo de reterritorialização, oriundos dos territórios da Colômbia e Palestina. Atualmente, estão em território norte-

rio-grandense, tendo acesso a um mundo que não corresponde às suas esferas de origem.

Quando tais indivíduos desterritorializados aquiescem na adoção de uma realidade diversa da sua, não significa que ignorem, sumariamente, as raízes, as tradições e os costumes do seu passado. Para eles, o advento desta nova realidade está diretamente afeta à sua sobrevivência.

1.2 Migrações internacionais

Observamos que o cenário atual de mundo globalizado, caracteriza-se por um constante aumento das disparidades econômicas e sociais, de um acentuado desequilíbrio demográfico, além dos conflitos gerados dentro dos diversos Estados-Nação.

Muitas são as vertentes criadas por estes processos que podem impulsionar eventos contemporâneos, a exemplo das migrações.

Sobre estes, Damiane (2004, p. 62) esclarece que: "definem-se migrações permanentes e episódicas, as transferências autoritárias da população – como a migração de refugiados, o comércio de escravos, etc. – E as migrações espontâneas (aparentemente espontâneas)".

Observemos que a autora da um destaque a "aparentemente espontâneas", enfatizando que vamos encontrar nos bastidores, algum tipo de motivação, seja de ordem política ou econômica e outras.

O que é migração, se não a interação do homem com o espaço? "As interações espaciais constituem um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capitais e informações sobre o espaço geográfico. Deslocar-se é interagir espacialmente" (CORRÊA, 1997, p. 279).

Uma outra forma, de encarar as migrações é, do ponto de vista humano, a ausência de direito a um entorno permanente. A não possibilidade de fixação dos indivíduos, em seus territórios, tem feito com que estes busquem alternativas seguras. A capacidade de utilizar o território, não apenas divide como separa os homens, ainda que estes apareçam como se estivessem juntos. Esta separação pode ser de variados pontos de vista: como econômico, social, religioso etc (SANTOS, 2000).

Nem todos os andarilhos estão em movimento por preferirem isso, a ficarem parados ou porque querem ir aonde vão. Certamente, estão, sim, sendo dirigidos a isto. Foram empurrados, tendo sido, primeiro, desenraizados do lugar, sem perspectivas, por uma força sedutora ou propulsora poderosa demais. Para eles, essa angustiante situação é tudo, menos liberdade (BAUMAN, 1999).

Se fizermos uma relação entre migrações contemporâneas e liberdade, vamos perceber que esta última tem sido uma busca constante. O que seria de um cidadão vivendo em seu território, sem liberdade? Para estes indivíduos, sem dúvida, o melhor é se deslocar. Renunciar à própria liberdade é o mesmo que renunciar à qualidade de homem, aos direito humanos, inclusive aos seus deveres. Não há nenhuma compensação possível para quem quer que renuncie a tudo (ROUSSEAU, 1978).

Por outro lado, as migrações transnacionais, expressam inquietações, tensões e lutas envolvendo nações e nacionalidades, religiões e línguas, crises de regimes políticos e declínio dos Estados nacionais, nova divisão transnacional do trabalho e da produção. As migrações transnacionais provocam reações, particularmente, fortes, em geral, preconceituosas ou mesmo agressivas. Os Estados Unidos e os países que compõem a Europa Ocidental reagem negativamente à entrada de trabalhadores provenientes do antigo Terceiro Mundo e também do ex-Segundo Mundo. Apelam à tradições nacionais, aos valores morais, às identidades ou aos seus fundamentos culturais, para barrar, tutelar, submeter, controlar ou expulsar asiáticos, eslavos, árabes, africanos, caribenhos e outros. Nem sempre o cidadão que está migrando encontra, do outro lado, um Estado disposto, efetivamente, a recebê-lo. Falam em xenofobias e etnicismos, quando praticam fundamentalismos e racismos (IANNI, 1999).

Como não acontecer tais deslocamentos, se as muitas manifestações de crise, o desemprego e o subemprego crônicos, o excedente de capital e a falta de oportunidades de investimentos, as taxas decrescentes de lucro, a falta de demanda de certos mercados, são uma constante? (HARVEY, 2005).

Entramos, então, no tema das migrações forçadas em nosso tempo, na temática dos movimentos populacionais provocados, na maioria das vezes, por necessidades mais ou menos prementes (SANTIAGO, 2003).

A migração e os deslocamentos dos povos têm constituído mais a regra que a exceção, produzindo sociedades étnica e culturalmente “mistas”. As pessoas mudam de

lugar, por várias razões: desastres naturais, alterações ecológicas e climáticas, guerras, conquistas, escravidão, semi-escravidão, repressão política, guerra civil e subdesenvolvimento econômico (HALL, 2003).

Desta forma, torna-se imprescindível que façamos uma reflexão sobre os diversos tipos de migração. Afinal, quais são suas características principais? Que relação têm as migrações contemporâneas com a economia, o meio ambiente ou a política?

1.2.1 A migração e o fator econômico

O precipício que separa os países mais ricos do mundo dos mais pobres, diz respeito à qualidade de vida, à oferta de trabalho e ao progresso científico e tecnológico. Em face dos problemas apontados referentes aos migrantes, estes buscam outras nações, com o objetivo de melhorar de vida e lograr melhores ganhos.

O migrante que se desloca por motivos econômicos, pode vivenciar distintas situações. Pode estar deixando um emprego mal remunerado, para buscar outro, com remuneração mais justa. Pode estar querendo usufruir ganhos pela diferença de poder aquisitivo da moeda de um país, em relação a outro ou, ainda, simplesmente, pode estar buscando investir capital ou expandir negócios em terra estrangeira (HAESBAERT, 2004).

As flutuações de emprego teriam uma repercussão direta nesses movimentos migratórios, qualificados, neste caso, enquanto migrações econômicas (DAMIANI, 2004).

A imigração com fundamento econômico é orientada de acordo com os efeitos econômicos pretendidos no país de acolhimento (KLANT, 2006).

O que o migrante espera em termos de melhoras na esfera financeira, é ter acesso a um melhor poder aquisitivo. Ganhar em euro ou em dólar tem sido o principal objetivo para essa força de trabalho, criando, desta forma, um exército de trabalhadores, em movimento, pelo globo, fato que chamou atenção das grandes potencias mundiais.

A migração é agora vista como uma questão prioritária, de peso equivalente a outros desafios globais, como o ambiente, o crescimento populacional e o desequilíbrio econômico, entre as regiões. De acordo com especialistas, estes problemas são

sintomáticos, na atual crise global da migração. Este sentimento de crise, dizem os mesmos, é partilhado por políticos e pela opinião pública em geral. Os cidadãos receiam ser invadidos, não por exércitos e tanques, mas por migrantes que falam outra língua, veneram outros deuses e pertencem a outras culturas e receiam que estes lhes retirem o emprego, ocupem as suas terras, sobrecarreguem os seus sistemas de segurança social e ameacem o seu modo de vida (ACNUR, 2006).

A Europa, hoje, tem sido escolhida pelos migrantes econômicos como um dos principais destinos, no mundo, aumentando a preocupação das autoridades locais, com a chegada dessa mão-de-obra em massa. A Conferência Euro-Africana, sobre Migração e Desenvolvimento (2006), organizado pela União Européia, por iniciativa dos governos do Marrocos, da Espanha e da França, para discutir as possibilidades de cooperação na política de migração, chamam a atenção para O número cada vez mais crescente de indivíduos que procuram a União Européia, em busca de trabalho. O que isso pode afetar em um futuro bem próximo? Teríamos aí uma sobregarca no sistema de segurança social?

Ao analisarmos as migrações, chegamos a números significativos: de três milhões de migrantes africanos, cerca de 238 mil buscam asilo na Europa.

No Brasil, vamos encontrar uma classe de migrante econômico, que está fazendo o caminho de volta, são: os “dekasseguis”, descendentes de japoneses, nascidos no Brasil. Estes migraram para o Japão, em busca de trabalho, ainda que o referido fosse temporário. O dekassegui trabalha por certo tempo e quando julga ter soldo suficiente, para as suas necessidades, volta ao Brasil, com uma melhor situação financeira, que não foi obtida entre nós. Mesmo com todo o rigor das leis nipônicas, ainda é possível detectar a presença de trabalhadores ilegais, no Japão.

Com relação aos Estados Unidos, temos migrantes econômicos tentando ultrapassar a sua fronteira com o México, os quais são majoritariamente latino-americanos. Alguns morrem antes de atravessarem o deserto e outros ficam perdidos, pois são enganados pelos guias de fronteira (chamados de coiotes).

A migração econômica, contemporaneamente, vem causando grandes preocupações por parte dos países do capitalismo avançado. Tais países contam, em seu próprio território, com contingentes nacionais desempregados, sem que se vislumbre

uma alternativa de saída para os mesmos, em face do desemprego estrutural, hora em vigor, nesta fase capitalista de acumulação flexível.

1.2.2 Migração ambiental

O desenvolvimento da migração ambiental está intrinsecamente ligado às questões relacionadas ao meio em que o homem está inserido e ali vive. A motivação para a migração pode ter origem natural ou antrópica. Seja qual delas for, nasce, desta maneira, uma classe de refugiados que são os "refugiados ambientais".

Este migrante ou refugiado está inserido em uma classe que tende a crescer vertiginosamente no século XXI. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA os define como refugiados ambientais. São pessoas que foram obrigadas a abandonar, temporária ou definitivamente a área tradicional onde viviam, devido ao visível comprometimento do ambiente, perturbando a sua existência e/ou a qualidade da mesma, de tal maneira, que a sobrevivência dessas pessoas, entra em perigo. Com o comprometimento do meio ambiente, surge uma transformação, tanto no campo físico, químico e/ou biológico do ecossistema, que, por conseguinte, fará com que este meio ambiente temporária ou permanentemente, não possa ser utilizado (ONU, 2006).

O migrante ambiental se refugia, obrigatoriamente, tendo em vista que o seu habitat de origem não oferece mais condições de segurança, para que ali permaneça.

> Há migrações envolvendo questões ecológicas ou de degradação ambiental – se é que é possível separá-las de questões políticas e socioeconômicas. Secas dramáticas e desertificação, por exemplo, agravadas pela lógica capitalista vigente, têm levado milhares de africanos da zona do Sahel a migrar para áreas ecologicamente mais favoráveis. [...] alguns grupos, como de agricultores pobres ou nações indígenas expropriadas [...] migram para encontrar terras que possam utilizar [...] (HAESBAERT, 2004, p. 247).

A Organização das Nações Unidas – ONU, desenvolveu diversos estudos a respeito dos refugiados ambientais, chegando a previsões alarmantes que configuram o quadro já anunciado pelos últimos desastres ambientais.

> Cerca de 50 milhões de pessoas deverão se tornar "refugiados" até 2010, devido à degradação do meio ambiente, constata um estudo realizado pelo Instituto Universitário das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Segurança Humana. Estes refugiados fugirão, não de guerras, mas de zonas desertificadas ou de desastres naturais, decorrentes de alterações climáticas (ONU, 2006).

Pelo que pudemos aferir, do que acima foi exposto, as migrações ambientais estão na ordem do dia, com nítida tendência de recrudescimento nos anos vindouros.

1.2.3 A migração dos refugiados de território

Dispomos de uma fundamentação legal e concreta que nos dá o alicerce para conceituarmos o refugiado de território. Com base na Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, no seu artigo 1º, será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

> I–Devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontram-se fora de seu país de nacionalidade e não possam ou não queiram aceitar a proteção do seu país;
>
> II–A pessoa estando fora do seu país, não possa ou não queira regressar ao mesmo, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior.
>
> III–Devido à grave e generalizada violação de direitos humanos, serem obrigados a deixar o seu país de origem, para buscar refúgio, em outra nação (ACNUR, 2004).

Os refugiados de território sao os mais vulneráveis, em todos os aspectos. As mulheres e crianças, em especial, formam o grupo que mais sofre com agressões físicas e em muitos casos com violências sexuais, comprometendo, assim, os direitos humanos, referentes, incondicionalmente, a todo e qualquer cidadão, seja qual for sua pátria.

Para melhor entendermos a dimensão deste problema, observemos a situação em números divulgados pela UNHCR, em 2005 (Tabela 1).

Tabela 1: A migração de refugiados no mundo

PROCEDÊNCIA	PERCENTUAL
Ásia	36%
África	25%
América Latina e Caribe	8%
América do Norte	6%
Europa	24%
Oceania	1%

Fonte: UNHCR, 2005.

Estes percentuais divulgados pela UNHCR correspondem a mais de 19 milhões de pessoas em todo o mundo. O que nos chama atenção, é que existem, hoje, várias predisposições para que esses números aumentem. Um exemplo considerado crítico é o conflito que se desenvolve em Darfur. Segundo, a UNHCR (2005), uma tragédia que se verifica desde fevereiro de 2003. A organização aponta que as milícias são formadas por grupos árabes armados, sob a proteção do governo sudanês. Os grupos que, segundo a referida organização, atacam aldeias, inclusive, bombardeando-as, praticam diversas atrocidades, desde a violação sexual de mulheres, até a captura de jovens, para um possível recrutamento. A UNHCR, ainda aponta que cerca de 180.000 pessoas tenham sido obrigadas a cruzar a fronteira. Na outra extremidade do problema, os habitantes do Chad têm sofrido, cada vez mais, com a escassez de água e alimentos, como também com as incursões feitas pelos grupos armados.

Por causa dos conflitos armados, a exemplo do de Darfur, essa massa de refugiados disseminados pelo mundo, só tende a crescer, dia após dia, conotando um dos grandes problemas contemporâneos. A sociedade, por sua vez, tem o grande desafio de gerar medidas que atenuem os supracitados impasses. O ponto fundamental da questão está na relação das forças que determinam essas mobilidades.

> De fato, é mais importante analisar as relações de força que provocam a mobilidade, do que a natureza daquilo que a determina, como, por exemplo, a guerra ou o trabalho. Diremos que a mobilidade é autônoma quando resulta de uma escolha deliberada e, heteronômica, quando é conseqüente de uma coerção. Poderíamos encarar como mobilidade autônoma, o caso daqueles que teriam que escolher entre o

> deslocamento ou a morte? A alternativa é brutal, mas devemos admitir que ainda há uma escolha, quando resulta de uma decisão própria do migrante (RAFFESTIN, 1993).

A principal diferença entre os três tipos de refugiados dentro de suas específicas migrações, seria: o refugiado de território, por motivos de segurança, não pode cultivar em seu coração a vontade de voltar a sua terra natal. O econômico, estando melhor financeiramente e tendo conseguido adquirir uma situação de conforto, ainda poderá regressar. O ambiental, após a passagem de uma catástrofe natural, se o seu habitat já oferecer segurança, também poderá regressar. Mas, para o refugiado de território, sempre vai estar presente aquele sentimento de ser perseguido, aquela terrível e desconfortável sensação de não ter um só local, no seu país, em que ele e sua família possam estar seguros.

A respeito do refugiado de território, ainda há um outro conceito elaborado para os que, por algum motivo, não puderam se adaptar ao primeiro país de acolhimento, deslocando-se para um segundo país de receptor. Estes são chamados refugiados reassentados.

Segundo o ACNUR (2004, p.42), um refugiado sempre será um migrante forçado. No entanto, por razões legais, nem todo migrante forçado será um refugiado. Em alguns casos observados, estes assumem a postura do que chamamos de "deslocados internos", migrando, por razões de perseguição, para uma outra região, do seu próprio país.

Devido ao recrudescimento dos conflitos armados que provocam o intenso fluxo de pessoas, algumas legislações nacionais, a exemplo de países africanos e latinos, incorporaram conceitos ampliados, para a definição do refugiado, tendo como exemplo a Declaração de Cartagena.

> A Declaração de Cartagena, assim os define: as pessoas que tenham fugido de seus países porque sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias, que tenham perturbado gravemente a ordem pública. As pessoas que tenham cometido crime contra paz, crime de guerra, crime contra humanidade, crime hediondo, participado de atos terroristas ou tráfico de drogas, ou praticado atos contrários aos fins e

> princípios das Nações Unidas, não poderão beneficiar-se do Estatuto do Refugiado (ACNUR, 2004, p.43).

Algumas situações especiais poderão abranger os refugiados de território:

> - Quando houver necessidade de proteção física, no caso dos refugiados continuarem a ser perseguidos no seu país de asilo; se encontrarem em perigo de sofrer detenção arbitrária ou forem ameaçados. Quando o Estado receptor, por alguma razão, não puder ou não tiver mecanismos para protegê-los;
>
> - Quando o refugiado estiver doente e, no seu país de acolhida, não houver disponibilidade de tratamento médico adequado, ou a pessoa, devido aos seus problemas de saúde, se encontrar numa situação de dependência de um sistema de proteção social ou da presença de familiares;
>
> - Quando os sobreviventes de tortura, violência sistemática ou sexual apresentarem seqüelas graves físicas ou psicológicas e requererem tratamento adequado, que não existam nos países que os acolheram;
>
> - Quando as mulheres, ao cruzarem as fronteiras em busca de proteção, forem vítimas de discriminação, assédio ou abuso sexuais (ACNUR, 2004, p. 44).

Também, podemos levar em conta, que um dos grandes traumas pelo qual passa o refugiado de território é a desintegração da unidade familiar.

O acompanhamento do refúgio de menores (desacompanhados) deverá ser desenvolvido com bastante cuidado, se ainda existir a esperança de um familiar vivo, ao qual a criança possa ser remetida. O refugiado de território pode não ser órfão, todavia, num dado momento de sua vida, por circunstâncias variadas, poderá estar separado dos seus familiares.

> Os refugiados idosos podem ser, particularmente, vulneráveis quando confrontados com as causas e efeitos de se tornar um refugiado. A separação da família ou o trauma de perder parentes, durante a perseguição ou fuga, pode ter profundas conseqüências sociais e emocionais. A capacidade de integração em ambiente diverso cultural e socialmente para os idosos, pode ser um processo muito mais difícil e penoso, além do sofrimento pelo desarraigo ser mais profundo. Da mesma forma, a possibilidade de reingressar no mercado de trabalho ou de prover a própria subsistência, pode ser limitada. Não pode haver

> critérios uniformes para definir um refugiado idoso, já que os grupos humanos têm expectativas de vida diferentes. O reassentamento de refugiados idosos deve sempre ser permitido e promovido, independente de limites de idade, no contexto da reunificação familiar (ACNUR, 2004, p. 45).

Achamos necessário incluir, na nossa discussão, sobre refugiados de território, a diferenciação entre asilo e refúgio.

> O Instituto do Asilo consiste, em linhas gerais, no instituto, pelo qual um Estado fornece imunidade a um indivíduo, em face de perseguição sofrida por esse, em outro Estado. Por esse instituto jurídico, um Estado tem o poder discricionário de conceder proteção a qualquer pessoa que se encontre sob sua jurisdição. É o que, modernamente, denomina-se asilo político, uma vez que é concebido a indivíduos perseguidos por razões políticas e se subdivide em dois tipos: (1) asilo territorial – verificado quando o solicitante se encontra fisicamente no âmbito territorial do Estado, ao qual solicita proteção; e (2) asilo diplomático – o asilo concedido em extensões do território do Estado como, por exemplo, em embaixadas, ou em navios, ou aviões da bandeira do Estado (JUBILUT, 2007, p. 37-38).

As duas modalidades de asilo são aplicadas no cenário do Direito Internacional Público, na América Latina, em face das instabilidades políticas desta região. Podemos observar, ao longo dos acontecimentos históricos, centenas de casos, no que se refere a asilo político, o que concretiza a citação da autora. Por conseguinte, a prática solidária internacional criou esta outra modalidade, o refúgio.

"Com abrangência maior e tipificada: isso significa que não se trata de um ato discricionário do Estado concessor, pois o reconhecimento do status de refugiado está vinculado a diploma e hipóteses legais bem definidos" (JUBILUT, 2007, p.42).

Ponderamos que "tanto o Instituto do Refúgio, quanto o do Asilo visam à proteção da pessoa humana, em face da sua falta no território de origem ou de residência do solicitante, a fim de assegurar e garantir os requisitos mínimos de vida e de dignidade [...]" (JUBILUT, 2007, p.43). O caráter de semelhança reside na visão humanitária que tanto o asilo, quanto o refúgio, possuem.

Como já comentamos, para ser atendido e caracterizado realmente, como refugiado, o cidadão precisa estar sob situação de perigo eminente. O ACNUR possui um manual de procedimentos e critérios para determinar a condição de refugiado.

Entretanto, além disso, Hathaway (1990) elaborou uma metodologia a ser aplicada para verificação dos casos.

> Tal metodologia baseia-se em três ordens de direitos humanos consagradas na esfera internacional, por meio da adoção da *Carta Internacional de Direitos Humanos*, em função da qual, os Estados se obrigam em relação aos seus cidadãos. [...] os documentos que compõem a *Carta Internacional de Direitos Humanos,* contêm direitos que não podem ser violados em qualquer hipótese, direitos, portanto, inderrogáveis, entre os quais se encontram o direito a não ser submetido à tortura, o direito a não ser submetido à escravidão, à liberdade de pensamento, de consciência e de religião e à garantia de não sofrer prisão arbitrária; sempre que houver violação a esses direitos, existe perseguição (JUBILUT, 2007, p. 45-46).

Assim, o refugiado de território está realmente sendo perseguido, quando existe uma falha na proteção dos direitos humanos, que são prerrogativas obrigatórias a todos nós.

As questões do refugiado de território trazem consigo um problema no que se refere à interpretação da "perseguição". Alguns países, principalmente europeus (Alemanha, França e Itália), entendem em grande parte, que o único agente perseguidor, é o Estado. Desta forma, se cria uma interpretação restritiva de toda documentação internacional, acerca dos refugiados de território. Sabemos que além dos Estados, temos como forças perseguidoras, grupos guerrilheiros. Caracterizamos, aqui, como uma falha de interpretação, que pode impedir que alguns refugiados gozem de proteção nestes Estados (JUBILUT, 2007, p. 46).

O elemento essencial da definição do refúgio vem a ser o bem fundado temor, que a perseguição ocorra:

> Esse elemento é mais recente na história do Instituto do Refúgio, tendo passado a existir, apenas, após a introdução do sistema individual de verificação da condição de refugiado, dado que, enquanto a verificação era coletiva, o simples fato de pertencer a um grupo entendido como perseguido, bastava para que o indivíduo passasse a gozar da condição de refugiado. Durante muito tempo, discutiu-se o significado da palavra *temor,* constante da expressão *bem fundado temor de perseguição*, com o intuito de estabelecer qual o grau necessário de medo que o individuo deveria possuir para deixar o Estado em que se encontrava e solicitar proteção internacional.

> Falava-se do temor subjetivo, enquanto sentimento de cada individuo e, que portanto, variava consideravelmente de uma pessoa para outra impossibilitando a aplicação homogênea do instituto (JUBILUT, 2007, p. 47).

Na impossibilidade de tratar de forma equitativa, todo aquele cidadão que solicitar o refúgio, vem se utilizando o temor objetivo, como meio de verificação da condição de refugiado, segundo a aludida autora.

> Assim, adotou-se a posição de que o temor subjetivo deve ser presumido (no sentido de que todos os solicitantes gozam, *a priori,* somente por terem solicitado refúgio) e que se deve proceder à verificação das condições objetivas do Estado, do qual provém o solicitante em relação a ele para se chegar à conclusão de que esse temor é fundado (no sentido de comprovar que o temor subjetivo daquele individuo, deve realmente existir) (JUBILUT, 2007, p. 47).

Dessa maneira, as informações sobre a situação objetiva do Estado de proveniência do refugiado e a relação dessas com cada individuo, passam a caracterizar o elemento essencial do refúgio.

O temor bem fundado pode ser evidenciado nas entrevistas feitas pelos profissionais responsáveis, pela seleção dos solicitantes do refúgio. Essas entrevistas, constituem o ponto mais importante no processo de determinação dos refugiados de território.

> Uma vez comprovado o bem fundado temor de perseguição de um solicitante de refúgio, que se encontre fora de seu Estado de origem e/ou residência habitual e que seja merecedor e carecedor, o *status* de refugiado é reconhecido, por meio de uma decisão declaratória, pois se entende que são condições pessoais combinadas com a situação objetiva do Estado de proveniência, que estabelece a condição de refugiado de um individuo e não o reconhecimento formal, feito por um Estado soberano (JUBILUT, 2007, p. 49).

Se fossemos resumir o que vem a ser realmente o refugiado de território, poderíamos afirmar que são seres humanos perseguidos em seus Estados, impossibilitados de gozar dos direitos humanos fundamentais e, por essa

impossibilidade, pedem ajuda a outros Estados-Nação, afim de que estes possam salvaguardar as suas vidas.

CAPÍTULO 2:

OS TERRITÓRIOS DE EXPULSÃO DOS REFUGIADOS: A COLÔMBIA E A PALESTINA

2 OS TERRITÓRIOS DE EXPULSÃO DOS REFUGIADOS: A COLÔMBIA E A PALESTINA

Atentando-se ao fato de que a questão dos refugiados colombianos e da Palestina está diretamente afeta aos conflitos que se desenvolvem, tanto na Colômbia, quanto no Oriente Médio, faremos considerações gerais sobre as lutas acima citadas, porquanto, as mesmas são responsáveis pela saída dos cidadãos colombianos e palestinos de suas respectivas áreas de origem por razões, principalmente, de natureza política.

Devemos ressaltar, ainda, que quando nos referimos a questão colombiana e palestina, reconhecemos que não há uma única visão a respeito de tais acontecimentos históricos. Assim sendo, levando-se em consideração que estamos discutindo o contexto dos refugiados, bem como os seus temores e sobressaltos referentes as experiências que viveram, nas suas terras de origem, os quadros, a seguir consignados, refletem a visão que os refugiados tiveram sobre os conflitos que se desenrolaram, em seus países de nascimento.

2.1 A Questão Colombiana

Os países sempre tiveram embates internos por razões políticas, religiosas e étnicas. No caso da Colômbia, as questões, atualmente, se prendem a problemas políticos, ao narcotráfico e ao crime organizado.

Na América do Sul, mais precisamente em território colombiano, a situação tem se mostrado muito crítica. A crise teve suas origens nos enfrentamentos entre os partidos Conservador e Liberal, resultando na organização de milícias que, posteriormente, viriam a se transformar nos grupos de guerrilheiros. Para entendermos melhor esta questão, faz-se necessário uma reflexão histórica.

> A divisão interna da elite política, que germinava desde a segunda década do século XIX, consolidou-se, em 1850, com a criação do Partido Liberal (PL) e do Partido Conservador (PC). O PL tinha uma plataforma modernizante, anticolonial, federalista, sendo composto por mercadores, artesãos e pequenos proprietários, os quais clamavam pela redução do Poder Executivo, separação entre Igreja e Estado, liberdade de imprensa, culto e educação. O PC, uma aliança de

> latifundiários, proprietários de escravos e hierarcas do catolicismo romano, defendia a centralização, a escravidão e almejava manter o legado colonial espanhol (PINTO, 2002, p. 158-159).

Os contratempos envolvendo as duas agremiações partidárias redundaram no advento de uma nova realidade, na qual emergiram: o Movimento Revolucionário Liberal (MRL), Aliança Nacional Popular (ANAPO), O Exército de Libertação Nacional (ELN), Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), Exército Popular de Libertação (EPL) e o Movimento 19 de abril (M-19).

Observamos, no cenário histórico da Colômbia, que o período em que o Liberal López Michelsen esteve no governo (1974-78), os movimentos de guerrilha se consolidaram e se tornaram bem mais fortes.

Nos finais dos anos 70 e inicio dos anos 80, o Estado colombiano se enfraqueceu na luta contra esses grupos, devido ao alto índice de corrupção em face do narcotráfico.

> O EPL perdeu importância, mas as FARC conseguiram estruturar suas bases, principalmente, nos Departamentos de Antioquia, Boyacá, Caquetá, Magdalena, Meta e Tolina; o ELN, desde então, firmou-se no Departamento de Bolívar, ao Sul, enquanto o M-19, dedicou-se à prática de seqüestros em massa, chegando a manter 400 prisioneiros para trocar por resgate. O comércio de narcóticos, baseado, inicialmente, nos cultivos de *marijuana* (maconha) e depois coca, expandiu-se pouco a pouco, originando um volumoso influxo de dólares, que logo teve como resultado uma rica economia paralela que contaminou o mercado e a sociedade colombiana (PINTO, 2002, p. 167).

Nos primeiros anos da década de 1980, desenvolveram-se as plantações de coca no território colombiano, principalmente, nas regiões da Orinoquía e Amazônia. Os crimes tornara-se mais freqüentes do que antes e a captura de pessoas constituiu-se numa constante.

Pelo que observamos, a prática de perseguições se tornou algo corriqueiro, não pelo motivo da pessoa pertencer a uma certa etnia ou religião, mas, com o intuito das pessoas transformarem-se em reféns dos grupos de guerrilha e submissas aos mesmos ou como “moedas de troca”. A corrupção evoluiu juntamente com os grupos guerrilheiros. No inicio, a mesma estava afeta aos partidos políticos e, posteriormente,

envolveu os aludidos grupos guerrilheiros e, por fim, apareceram os esquadrões da morte.

No que tange à prática de seqüestros, a referida aumentou em relação a profissionais de algumas áreas, como da saúde, resgatados para tratar dos combatentes feridos. No que concerne às crianças, os seqüestros assumiram conotações mais contundentes. O objetivo desta modalidade de seqüestro era recrutar, cada vez mais, um número maior de soldados para as frentes guerrilheiras (ONU, 2004).

Não existem dados precisos, mas a organização Human Rights Watch, calcula que existam mais de 11.000 crianças recrutadas como combatentes na Colômbia, das quais, inclusive, muitas são meninas. As campanhas de recrutamento vêm se intensificando com o recrudescimento do conflito. Os recrutamentos são precedidos ou acompanhados de ameaças à família ou diretamente ao menor. Em regiões dominadas pela guerrilha ou pelos paramilitares, cada família deve "contribuir" com um filho para as forças irregulares. Em outros casos, a ameaça recai sobre a criança, como foi o caso no município de Corinto, onde uma estudante secundarista de 16 anos foi assassinada, porque se recusou a integrar as fileiras de frente das FARC. Igualmente, uma menina de 14 anos foi assassinada em Arauquita, em agosto de 2004, porque era amiga de um soldado e se recusou a colaborar com um grupo guerrilheiro (ACNUR, 2004).

Perseguidos e temendo pelos seus filhos, muitos homens e mulheres têm deixado os seus lares. Afinal, estamos nos referindo a crianças obrigadas a impunhar uma arma, por uma causa que não lhes diz respeito. Tendo como base dados obtidos através da Comissão Colombiana de Juristas, os principais grupos de guerrilha envolvidos com seqüestros são os citados no Quadro 1:

Quadro 1: Autores presumidos de seqüestros

GRUPOS DE GUERRILHA	SIGLA
Exército de Libertação Nacional	ELN
Exército Popular de Libertação	EPL
Exército Revolucionário Guevarista	ERG
Exército Revolucionário Popular	ERP
Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia	FARC

Fonte: Organizado pelo autor, 2007.

A prática de seqüestros, por parte desses grupos guerrilheiros, é uma cruel realidade na Colômbia e a Comissão Colombiana de Juristas aponta esses 5 grupos como os principais, em volume de seqüestros.

Há outros motivos que estão levando os colombianos a uma fuga do seu Estado: ameaças, em 34% dos casos; medo, em 18%; assassinato de parentes e amigos, 14%; enfrentamentos armados constantes, 10% e massacres, 9%, sendo, que este último fator, é o que mais tem crescido em representatividade (PINTO, 2002, p.178).

Na verdade, a Colômbia de hoje se configura mais do que nunca, como um cenário de guerra, principalmente, no Baixo Putumayo, Guaviare, Sumapaz, Urabá, a Bota Caucana e Tolima.

Podemos desenhar este cenário, analisando os portadores de armas, na Colômbia, em números: em armas, na Colômbia de hoje, estão cerca de 15 mil guerrilheiros das FARC e 4,5 mil da ELN; 8,5 mil paramilitares, das AUC; 147 mil militares das forças armadas (121,5 mil do exército, 18 mil da marinha, 7,5 mil da aeronáutica) e, pelo menos, 90 mil soldados da Polícia Nacional (PINTO, 2002, p. 176).

Não podemos dizer que este é o número final, visto que ainda existem os narcotraficantes e os agrupamentos de defesa autônoma (a exemplo das Autodefensas Unidas de Colombia-AUC) formados por civis e, finalmente os bandidos, fora das organizações.

Estimamos que “as FARC tenham influência dominante sobre 40% do território colombiano, através de frentes de combate”. A presença da referida é predominante nas áreas de cultivo de coca e papoula (PINTO, 2002, p. 185).

É, portanto, um verdadeiro governo paralelo, com sua economia embasada, majoritariamente, no cultivo de plantas alucinógenas e tráfico de drogas.

De acordo com a organização Human Rights Watch, as FARC são responsáveis, hoje, por um quadro de terror, que cada vez mais se evidencia no Estado colombiano (esta é também a opinião dos refugiados colombianos). A organização esclarece que: as FARC são responsáveis por assassinatos e seqüestros de civis, tomada de reféns, uso de crianças como soldados, celebração de pseudo-julgamentos, tratamento cruel e desumano de combatentes capturados e deslocamentos forçados de civis, além de empregar armas proibidas, tais como cilindros de gás, que causam estragos indiscriminados (PINTO, 2002, p. 187).

As "Autodefensas Unidas de Colombia" (AUC), constituem um outro grupo que cresce e forma uma verdadeira confederação de grupamentos, operando em pelo menos 26 dos 33 departamentos colombianos. Além das AUC, existem, ainda, as "Autodefensas de Casanare" e "Boyacá", as "Autodefensas de Córdoba" e "Urabá" e as "Autodefensas Alias Don Gustavo" (PINTO, 2002, p. 189).

Para arregimentar homens, estas organizações recorrem à intimidação, forçando camponeses, jovens e crianças a entrarem nos grupos. Ameaçam de morte amigos e familiares dessas pessoas, tomam bens e usam de qualquer artifício para recrutar novos indivíduos.

Inicialmente, estas organizações foram criadas para defender as fazendas. Os grandes latifundiários, sentindo-se ameaçados, decidiram que seria de suma importância a presença desses grupos para sua segurança. Todavia, devemos lembrar que muitas fazendas se tornaram aparelhos de lavagem de dinheiro do narcotráfico.

Constatamos uma evolução, tanto tática como conceitual das AUC.

> As AUC tornaram-se organizações autônomas com objetivos próprios de liquidação da guerrilha da esquerda e também de manejo direto do narcotráfico. Mesmo sendo seu pilar financeiro, o recebimento de dinheiro em troca de proteção, as AUC também já lucram com o narcotráfico, estando presentes, tanto em áreas de cultivo de coca, como de papoula (PINTO, 2002, p. 190)

A violência indiscriminada praticada por esses grupos, nas áreas rurais, tem uma motivação financeira: estimular o êxodo, em massa, de populações para comprar terras abaixo do preço de mercado. Entre 1998 e 2000, de cada cem massacres, 39 foram

cometidos pelas Autodefesas, 18 pelas guerrilhas das FARC e do ELN, restando 43, a serem esclarecidos, os quais permanecem sob outros agentes geradores de violência (PINTO, 2002, p. 192).

No inicio, tínhamos uma luta de ideologias partidárias. Todavia, com o advento da criação dos braços armados, passamos a identificar uma luta pelo poder financeiro. Este poder financeiro remete-se aos territórios do domínio das plantações de maconha, papoula e, principalmente, a coca, além da intimidação dos cidadãos, do recrutamento forçado, dos seqüestros, dos assassinatos, da tomada de bens e da corrupção nos governos.

Existe uma verdadeira polêmica no Estado colombiano no que se diz respeito a migração forçada. O Governo aponta uma diminuição de cerca de 60%, todavia, segundo o ACNUR, estas cifras são contestadas por algumas organizações da sociedade civil, que denunciam afirmando que esses números são manipulados pelo Governo. Desta forma, segundo essas denuncias, os números servem de maquiagem para o Governo afirmar que houve uma significativa melhora em termos de seguranças internas, no Estado. Outra crítica, bastante contundente, feita por tais organizações é sobre a chamada "política de retorno", que se caracteriza pela proteção dada pelo Estado colombiano aos grupos de refugiados que voltarem às zonas em que viviam. Todavia, diante das necessidades militares, as tropas do exército deixam essas zonas e ocupam outras posições mediante o conflito com a guerrilha. Sendo assim, mais uma vez, a população fica desprotegida e à mercê de novas investidas dos grupos guerrilheiros. É evidente que o Estado colombiano passa, hoje, por uma das maiores crises humanitárias do mundo. Várias organizações civis apontam que por volta de 4 milhões de pessoas se caracterizam, atualmente, como "deslocados internos", portanto, configurando 10% da população da Colômbia. O Governo, por sua vez, divulga que esse número pode chegar a 3 milhões. Salientamos que os deslocados internos vivem sob condições de altos índices de miséria, sem proteção do sistema social e passam por uma aguda necessidade do ponto de vista econômico. Podemos apontar, como principal motivação, para esse crescente número de deslocados internos, a apropriação por parte dos guerrilheiros, das terras dos camponeses, principalmente, as férteis, utilizando-as para cultivos ou, ainda, para servirem como corredores militares (ACNUR, 2004).

> A corte constitucional da Colômbia, em sentença de fevereiro de 2004, qualificou a situação como inconstitucional e sentenciou o Governo a cumprir as leis de proteção à população deslocada, o que provocou uma crise com o Poder Executivo, devido às questões orçamentárias que envolviam o cumprimento adequado das leis de proteção aos deslocados internos. Muitos preferiram mudar-se para os países vizinhos, provocando um aumento vertiginoso do número de solicitantes de refúgio, nos últimos três anos. Nos principais países de refúgio, procurados por solicitantes colombianos, o número aumentou, 600%, desde 1999. Em 1999, um total de 4.060 colombianos solicitou refúgio, no exterior. No ano 2000, este número saltou para 21.536; em 2001, chegou a 24.240; e, em 2003, verificaram-se 22.303 solicitações de refúgio, apresentadas, principalmente, para os Estados Unidos, Equador, Canadá, Costa Rica e Venezuela (ACNUR, 2004, p. 28-29).

Devemos esclarecer que é cada vez mais insegura a situação dos "deslocados internos". Enfatizamos isso, pois, em alguns casos, as pessoas sofrem ameaças individuais e como as facções guerrilheiras têm células em quase todo o território colombiano, tais pessoas, não logram níveis satisfatórios de segurança. Além disso, como expõe o ACNUR, existem deslocados que pertenciam a grupos guerrilheiros e estão bem mais vulneráveis, neste caso, podendo encontrar algum ex-companheiro que venha atentar contra sua vida. O ACNUR chama a atenção para o uso das novas tecnologias utilizadas pelos paramilitares, que são cada vez mais freqüentes e contribuem para ao aumento de assassinatos de deslocados, em muitas regiões do país. O depoimento dado por um representante da Federação de Educadores ao ACNUR , faz referência, a uma professora que foi deslocada de Arauca, para Santander e, mesmo assim, após um ano de deslocamento, foi misteriosamente assinada. No caso de deslocados com perfil de baixo ativismo social, em geral, simples camponeses sem poder de influência, esses dificilmente são buscados, individualmente, pelas forças paramilitares. Entretanto, são eles que mais sofrem com o estado de miséria (ACNUR, 2004).

> As pessoas que provém de regiões que foram dominadas pela guerrilha ou pelos paramilitares, também se expõem ao risco iminente, de serem confundidas como elementos integrantes da guerrilha ou de agremiações paramilitares. Ocorre, que à exceção da zona urbana de Bogotá e do arquipélago de San Andrés, no Caribe, todas as demais

> localidades do país tiveram ou continuam tendo presença de algum ou de vários grupos armados. O local de origem consta da cédula de identidade que é requerida, freqüentemente, pelos atores armados que dominam as regiões, assim como o faz a Força Pública (ACNUR, 2004, p. 29).

Essa situação vem influenciando no direito de ir e vir dos cidadãos, os quais temem que, num município vizinho a facção dominante possa confundi-lo com o integrante ou informante de facção rival. Assim, muitos cidadãos colombianos se furtam ao direito de visitar familiares ou amigos, pois persistindo nesta idéia, poderam pagar com a sua própria vida.

O ACNUR chama a atenção para situação das prefeituras das zonas do Estado colombiano, onde se encontram grupos armados. Entre 1995 e 2003, 64 ex-prefeitos foram assassinados e muitos se encontram em situação de ameaça e risco eminentes. Observamos casos dentro do território colombiano, em que os prefeitos não despacham de suas prefeituras e sim de outros locais que possam, verdadeiramente, deter condições de segurança, tanto para ele, como para sua família. Em face dessa situação, o Estado colombiano prodigaliza um programa a partir do qual, disponibiliza uma bolsa para subsistência dos prefeitos que desejarem sair do país, até que a situação melhore (ACNUR, 2004).

Com relação às populações, as mesmas têm sido expulsas pelos atores armados através de táticas de guerrilha. Além disso, tal quadro de referência sugere a presença de camponeses submetidos, tendo em vista o poder de fogo das referidas organizações.

Por outro lado,

> Os grupos paramilitares estão com sérios problemas no processo de desmobilização, porque os traficantes vêm comprando batalhões inteiros de paramilitares que desertam de seus comandantes tradicionais e se transformam em milícias narcotraficantes (ACNUR, 2004, p. 30).

Além disso,

> O confinamento ou deslocamento para apropriação de terras, igualmente, ocorrem para a implementação de grandes projetos agro-industriais, através de cultivos lícitos, como a palmeira africana, que

> os paramilitares vêm cultivando no Departamento de Narinho, no sul do país, expulsando a população afro-colombiana, desta região (ACNUR, 2004, p. 31).

A Colômbia tem uma característica com relação as suas fronteiras, as quais são extremamente vulneráveis, uma vez que a população se concentra nas regiões centrais e no litoral norte.

Em 2004, um quarto de todos os deslocados vieram das regiões de fronteira. No departamento de Caquetá, no sul do país, se produziu um fluxo de 15.187 pessoas, de um total, de 455.508, da população local (ACNUR, 2004, p. 31). Há um número crescente de combates e massacres nas zonas fronteiriças da Colômbia, porquanto, aí se encontram, tanto os recursos naturais, como as rotas de saída utilizadas pelo narcotráfico. Diante deste cenário, o Governo colombiano colocou em prática o chamado Plano Patriota, mediante o qual executou uma operação para recuperar o Departamento de Cundinamarca, fazendo com que os guerrilheiros recuassem para áreas de floresta.

> O plano propõe militarizar a fronteira colocando 13.000 homens na selva colombiana, nas regiões fronteiriças com o Brasil, Peru e Equador. Outras regiões de fronteira foram declaradas zonas de reabilitação e consolidação, restabelecendo-se a presença do Estado e recuperando-se o controle militar desta região. Este é o caso do departamento de Arauca, fronteira com a Venezuela, no qual encontram-se estacionados 8.000 soldados (ACNUR, 2004, p. 32).

Em contrapartida, a ação dos países vizinhos dificulta muito a situação em que se encontram os civis colombianos que clamam por proteção. A Venezuela vem aumentando os seus efetivos militares, ao passo que o Equador, além de ampliar os seus efetivos, colocou mais postos de fronteira, restringindo a entrada de solicitantes de asilo.

Lembramos que alguns espaços de conflito, tem uma grande importância econômica, no caso do departamento de Arauca, fronteira com a Venezuela, pois, nesta área, os cidadãos se encontram no meio do fogo cruzado, entre paramilitares e guerrilheiros, que lutam pela posse de uma região rica em petróleo.

O ambiente que retratamos, não é muito diferente de um grande cenário de guerra, segundo a Consultoria para Os Direitos Humanos e Deslocamentos.

> Durante o operativo militar "Borrasca", em maio de 2004, aconteceram 30 crimes violentos. Na vereda Flor Amarillo, em Tame, em 21 e 22 de maio, num massacre, morreram 11 pessoas e uma

> desapareceu. No mesmo município, na vereda Mata de Topocho, foram massacrados 6 camponeses. Na zona rural de San Juan de Lope, 10 pessoas foram assassinadas. Na vereda El Rosário, ocorreu o massacre de 10 pessoas. No município de Puerto Rondon, atestou-se o massacre de 6 pessoas, em fevereiro de 2004 (ACNUR, 2004, p. 32-33).

A situação é tão crítica que os deslocamentos têm sido feitos de forma massiva. As comunidades indígenas, por sua vez, têm sofrido bastante com a ocorrência dos combates entre as forças armadas colombianas e as FARC. Quando encurraladas na selva, as forças de combate deixam de ser ameaças para os municípios, acarretando um grande infortúnio para as tribos indígenas. Em Vaupés e Vichada, por exemplo, se noticiam casos de membros de tribos indígenas que foram massacrados, seqüestrados ou deslocados. Em Caquetá, a Cruz Vermelha já recebeu mais de 1.000 pessoas que saíram de Putumayo. Assim,

> Outros dados da Consultoria para Os Direitos Humanos e Deslocamento, mostram que no departamento de Narinõ, se dão intensos combates entre os atores armados. A Cruz Vermelha atendeu em Popayan (Cauca), a 157 pessoas, em junho de 2004, provenientes de Narinõ (ACNUR, 2004, p. 33-34).

Estes departamentos, que citamos, vêm sofrendo deslocamentos massivos por dois principais motivos: tanto pela questão dos combates armados, como pela dispersão de venenos nas lavouras, além de atingirem os cultivos ilícitos, atingem, também, as culturas licitas dos camponeses. O plano original, como sabemos, seria o de executar fumigações nas plantações de coca, papoula e maconha, combatendo, assim, os narcotraficantes. Todavia, verificamos que quando os aviões dispersam esses venenos, atingem, também, áreas de cultura de subsistência, impossibilitando a permanência dos camponeses, naquela área. Salientamos ainda, que os corpos d'água, sofrem em alguns casos, com a poluição decorrente dos venenos. Apontamos, que existindo ou não culturas, sejam elas, lícitas ou ilícitas, as regiões de fronteira sempre vão ser alvos de cobiça, pela sua importância do ponto da vista da localização geográfica.

É verdade, que em face dos acontecimentos supracitados, houve muitos momentos em que se tentou chegar a uma negociação de Paz. Entretanto, até em meio às negociações, ocorreram alguns combates. Por outro lado, as tentativas realizadas de

transformar os grupos de guerrilha em partidos políticos, foram respondidas com muita violência. A grande maioria dos homens que pertenceram a grupos armados, quando desmobilizados foram assassinados, tanto pelos paramilitares, como também, pelas forças de segurança. As FARC se envolveu nas negociações (entre 1984 e 1987 e em 1991 e 1992) incluindo o cessar fogo, obtendo apoio político. Todavia, assassinatos ocorridos entre 1985 e início dos anos 90, acarretaram o fracasso das negociações. No governo de Andrés Pastrana, de 1998 a 2002, formou-se a zona desmilitarizada, na última tentativa de processo de Paz (em torno de 42 km). Porém, as FARC usaram tal contexto para se fortalecer (ACNUR, 2004).

Os Planos de governo, por sua vez, sofreram críticas, pois, não respeitaram um princípio básico do direito internacional humanitário, que exige uma separação absoluta entre combatentes e não combatentes. Os Planos, ao contrário, levaram a população civil para o centro dos conflitos armados, seja como informante, seja como soldado, tornando-os, desta forma, alvos em potencial dos grupos armados. No primeiro caso, se o cidadão for membro (algumas vezes recrutados a força) de algum grupo guerrilheiro e o desertar, tanto ele como sua família podem sofrer represálias e pagar com a vida; no segundo caso, se agir como informante ou soldado do Estado, estará se expondo da mesma forma.

E algumas situações, homens que antes compunham grupos guerrilheiros e se desmobilizaram, passam a praticar delitos como extorsão sobre comerciantes locais. Em outras, se candidatam a cargos de vereança, fazendo ameaças na tentativa de se eleger.

O problema das detenções feitas de forma arbitrária, é uma outra vertente a ser observada. O Estado (na figura do exército e da polícia) prende centenas de pessoas para interrogar e, em muitos casos, esses cidadãos são simplesmente sindicalistas ou líderes comunitários. A Consultoria para Os Direitos Humanos e Deslocamentos, chama a atenção para um evento ocorrido que caracteriza o ato de detenção massiva, praticado dentro do território colombiano.

Salientamos que mesmo os detidos, sendo liberados, posteriormente, ficam com estigma de guerrilheiro ou paramilitar, pelos munícipes, ou ainda, vistos como informantes pelos grupos de guerrilha. Desta forma, notamos que, em alguns casos, as pessoas detidas terão que sair dos locais onde residiam.

O conflito colombiano, desta forma, não sinaliza para uma perspectiva de solução. De um lado, os poderosos grupos guerrilheiros, hoje mais fortes do que nunca, em seu potencial bélico e, de outro lado, o Estado, que até o presente momento, mostrou-se ineficaz na salvaguarda do povo colombiano, seja nos municípios, nas aldeias indígenas ou nas longínquas e pouco habitadas fronteiras.

2.2 A Questão Palestina

Fazendo uma viagem no tempo, lembremos que a região que denominamos, hoje, Oriente Médio, foi berço de muitas civilizações importantes da humanidade, dando origem, por exemplo, aos assírios, fenícios e babilônicos. Culturas únicas vão surgir nesta região. Na referida, nasceram povos como os cananeus, hebreus, árabes entre outros.

Os palestinos contemporâneos no que se refere à política e a cultura têm identificação com o mundo árabe e são muçulmanos. Ponderamos que a Palestina não se constituía, verdadeiramente, em um país até o advento da Primeira Guerra Mundial. Naquele momento, caracterizava-se como uma província dominada pelos turcos. Pouco mais que um terço do povo que habitava a Palestina era nômade ou seminômade.

A partir do final do século XIX, observamos o crescimento da população judia, na Palestina, em virtude do processo migratório de judeus procedentes da Rússia, Áustria, Hungria e Polônia. O movimento de retorno, em massa dos judeus, rumo à Palestina, foi denominado de “Movimento Sionista”, idealizado pela Organização Sionista Mundial, fundada na Suíça, em 1897. O que visualizamos, daí por diante, é o envolvimento na ajuda à causa judaica, sob a ótica financeira, por parte dos intelectuais, banqueiros e magnatas.

Em 1901, nasceu o Fundo Nacional Judaico, tendo como propósito, a compra de terras, na Palestina, para a implantação de colônias. Os sionistas estavam divididos em várias vertentes e, assim sendo, a proposta de criar um Estado essencialmente judeu, não era consensual. Os que levavam em conta, apenas a orientação religiosa, acreditavam ser um povo especial para Deus e, por conseguinte, com direito à chamada Terra Prometida. Outrora, a relação que os judeus tinham com a Palestina era cultural e religiosa. Todavia, com o advento dessa imigração em massa, começou a ser levada em

consideração a alternativa de se criar um Estado judaico. Ressaltamos que no começo do século XX, viviam na Palestina, cerca de 500 mil árabes.

Lembramos, também, que neste período, os ingleses com o propósito de prejudicar as relações entre turcos e alemães, incentivaram os levantes árabes contra os dominadores turcos. Em contrapartida, os turcos apoiaram o assentamento do povo judeu, na região, com o objetivo de lograr o apoio do mesmo.

Em 1916, os franceses e os ingleses foram signatários de um acordo que teve como proposta a divisão dos territórios do Oriente Médio, entre eles: a Inglaterra controlaria a Transjordânia, o Iraque e a Palestina e, a França, teria o domínio sobre a Síria e o Líbano.

Em 1917, a Inglaterra trouxe à tona, a Declaração Balfour que, em síntese, dizia ser favorável à concretização de um Estado judeu. Além deste propósito, prometeu uma pátria aos árabes, desejando manter boas relações com os dois lados. A Sociedade das Nações, organismo internacional criado antes da ONU, em 1920, tornou oficial os mandatos da Inglaterra e da França, em 1922. Os ingleses ficariam com a Palestina e a Jordânia e, a França, com a Síria e o Líbano. No mapa a seguir, poderemos visualizar o território da Palestina sob mandato britânico. Ainda, em 1922, a Inglaterra criou o chamado Livro Branco, no qual estava consignada a limitação de imigrantes judeus (Figura 1).

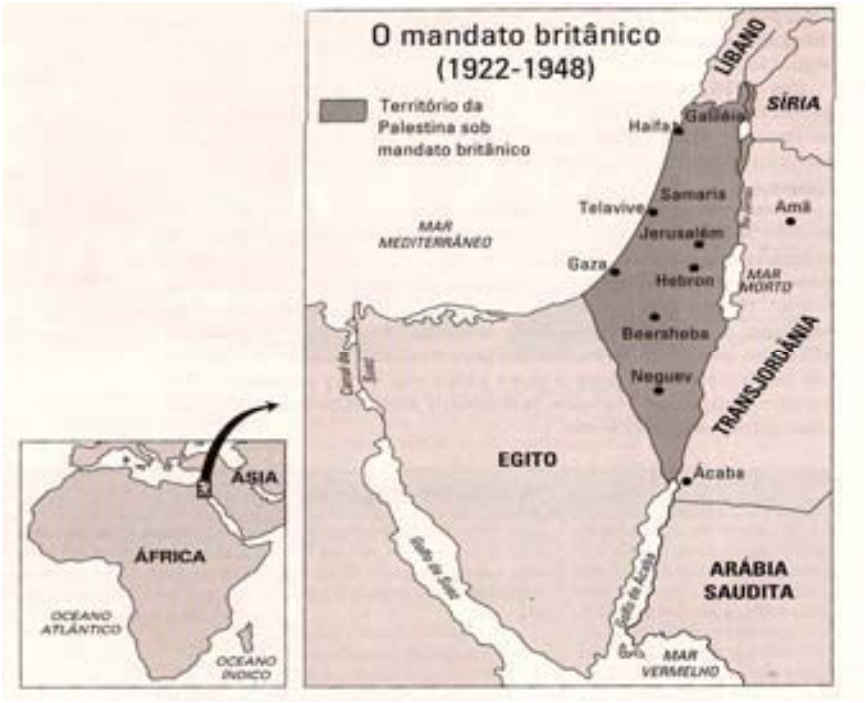

Figura 1: O Mandato Britânico.
Fonte: YAZBEK, 1995.

Além disso, a Organização Sionista criou, em 1929, a Agência Judaica que passou a angariar fundos para obtenção de terras, na Palestina, conforme anteriormente citado. Dois anos depois, a Inglaterra restringiu, mais ainda, a entrada do povo judeu na Palestina, tendo em vista o crescente protesto árabe contra o expressivo número de assentamentos judeus, expressos em colônias. No ano de 1937, a Inglaterra ponderou sobre a criação de dois Estados: o Judeu e o Árabe. Em 1939, um novo Livro Branco apareceu, no qual os ingleses assinalaram que só poderiam entrar, na região, cerca de 75 mil judeus. Em abril de 1947, a Inglaterra renunciou ao seu mandato sobre a área em questão, deixando para a Organização das Nações Unidas, a resolução do aludido problema (YAZBEK, 1995).

Para compreendermos o conflito existente, hoje, na Palestina, devemos levar em consideração, a origem do mesmo. Como ponto de partida, temos a implantação de Israel, em 1948 e, a conseqüente oposição árabe ao advento do Estado judeu.

A Organização das Nações Unidas – ONU, na ocasião, aprovou o Plano de Partilha da Palestina. Neste período, a população judia, na região, era da ordem de 700 mil habitantes, no âmbito de uma população árabe de aproximadamente um milhão e meio de pessoas.

De acordo com o Plano de Partilha, acima citado, o Estado Palestino deveria corresponder a Cisjordânia e à Faixa de Gaza (11.500 km^2) e, o Estado judeu abrangeria a área compreendida entre Tel Aviv e Haifa, a Galiléia Oriental e a porção compreendida entre o deserto de Neguev e o Golfo de Akaba, totalizando 14.000 km^2. O Plano de Partilha da ONU previa, ainda, que a cidade sagrada de Jerusalém fosse internacionalizada. Todavia, o plano elaborado não foi de consenso. Assim, as forças da Liga Árabe deram início à guerra de 1948/49, tendo em vista que tal projeto contemplava, o movimento sionista, com um território dez vezes maior do que aquele que controlava, após mais de vinte anos de presença britânica.

Podemos visualizar nos próximos mapas (Figura 2), tanto o Plano de Partilha da ONU de 1947, como a situação de Israel, em 1949.

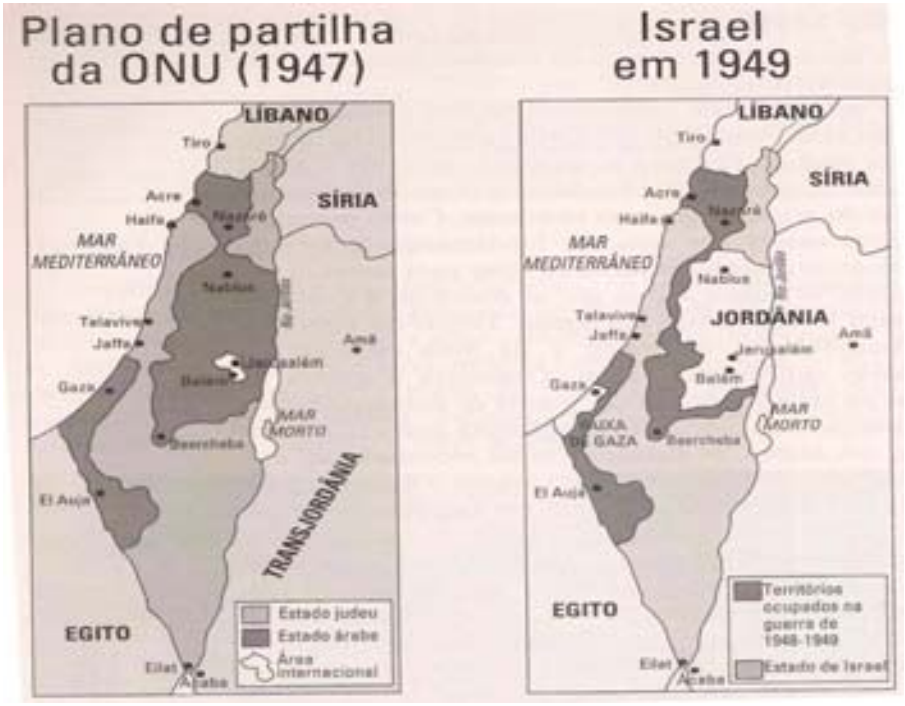

Figura 2: Plano de Partilha da ONU (1947) e Israel (1949).
Fonte: YAZBEK, 1995.

O Estado judeu, então instaurado, foi prontamente reconhecido pelos Estados Unidos da América. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), fez o mesmo. Por outro lado, o Estado judeu, recém criado, foi recebido com franca hostilidade por parte da comunidade árabe. Todavia, o povo árabe não estava prer
para se impor, por meios bélicos, aos israelenses.

A fundação do aludido Estado, não foi reconhecida pela Liga Árabe, integrada pelo Egito, Iraque, Jordânia, Líbano e Síria. A declarada hostilidade dos árabes converteu-se na guerra de 1948-1949, denominada Guerra da Independência, com a vitória de Israel. Assim, em face do conflito, o Estado judeu ampliou, substancialmente, o seu território, em contraposição a Palestina que viu o seu território subtraído, em favor do inimigo. Nesta oportunidade, Israel logrou cerca de 22% do território palestino.

Como decorrência do referido conflito, a Jordânia ficou com a margem ocidental do rio Jordão (Cisjordânia) e a faixa de Gaza, passou à administração egípcia. Além disso, a cidade de Jerusalém foi dividida entre a Jordânia (Setor Oriental) e Israel. Ainda, como resultado da guerra, apareceram vários campos de refugiados palestinos, sediados em outras nações árabes. Por outro lado, os palestinos que permaneceram em Israel passaram a ser considerados cidadãos de segunda classe.

Entrementes, em 1964, líderes do Egito, Argélia e Tunísia patrocinaram o surgimento da Organização para a Libertação da Palestina (OLP). A OLP, por sua vez, logrou um braço armado representado pela Al Fatah, que nos anos seguintes, dedicar-se-ia a continuados atos terroristas, em favor da causa palestina.

Nesta época, a então República Árabe Unida, recém criada pelo presidente egípcio Gamal Abdel Nasser, resolveu aprimorar as práticas militares, no âmbito das forças armadas egípcias e, para tanto, convocou assessores procedentes da URSS, para o referido aperfeiçoamento.

Reservados, em relação a atitude assumida pelo Governo egípcio, os Estados Unidos e os seus aliados tomaram a decisão de armar os Estado de Israel. Na seqüência, pressionado por assessores egípcios, Nasser resolveu solicitar a retirada dos soldados da ONU, da fronteira entre Israel e o Egito. Esta atitude, assumida pelo Governo egípcio, levou o Banco Mundial e o FMI a submeterem o Egito, a um programa de redução de gastos públicos e privatização de suas indústrias.

A recusa de Nasser, em obedecer as exigências preconizadas pelo Banco Mundial e pelo FMI, resultou no bloqueio relativo aos empréstimos solicitados, pelo Egito, àquelas agências financeiras. Em represália, o presidente egípcio decretou o fechamento do Golfo de Akaba, aos navios israelenses. O Estado judeu, por sua vez, desfechou um ataque aéreo fulminante, contra os árabes, surpreendendo a comuni´ internacional. Nesta empreitada, Israel destruiu cerca de 400 aviões, através dos ataques

desferidos contra os aeroportos do Egito, da Síria e Jordânia. Em seguida, as forças israelenses atacaram a Faixa de Gaza e o norte do Sinai. Em face de tais atos de guerra, a Jordânia foi expulsa de Jerusalém e da Cisjordânia; os sírios não tiveram outra alternativa, senão recuarem das Colinas de Golan. O conflito supracitado tornou-se conhecido como a Guerra dos Seis Dias.

Após o aludido conflito, o Estado judeu havia triplicado o seu território. Com a morte de Nasser e a subida ao poder, no Egito, de Anuar–El Sadat, encerrou-se a política terceiro mundista, preconizada pelo anterior governo egípcio. Em 1972, o presidente egípcio, expulsou do seu país os assessores soviéticos que haviam engreçado no Egito, através do, então, presidente Nasser. Neste mesmo período, Israel ignorou as resoluções da ONU que determinavam a devolução da Faixa de Gaza e do Sinai para o Egito; da Cisjordânia, para a Jordânia e das Colinas de Golan, para a Síria. O governo israelense, pelo contrário, implementou uma política de colonização em tais territórios, mediante a transferência de populações e a implantação de unidades produtivas, naquelas áreas.

No dia 06 de outubro de 1973, no Dia do Perdão (Yon Kippur), verificou-se outro conflito entre árabes e judeus. A aliança formada pela Síria e o Egito, atacou, militarmente, Israel de surpresa. A resposta Israelense foi devastadora e só não assumiu proporções maiores, em face da interferência das grandes potências, que exigiram a assinatura de um cessar-fogo.

A partir deste episódio, os árabes passaram a utilizar o petróleo como instrumento de pressão, nas relações internacionais, com a finalidade de atingir os seus objetivos, entre eles, a resolução da questão palestina. O preço do petróleo disparou, atingindo a economia capitalista, dele dependente. Além disso, foram estabelecidas cotas de produção, por parte dos árabes. A questão envolvendo o petróleo teve o condão de desgastar a posição do Estado de Israel, em face dos problemas acarretados à economia capitalista. O referido, pressionado pelos Estados Unidos, flexibilizou a sua política de anexações, aceitando o acordo de paz com o Egito, patrocinado pela aludida super-potência. Assim, em 17 de setembro de 1978, Carter, presidente dos Estados Unidos; Beguin, Primeiro Ministro de Israel e Sadat, presidente do Egito assinaram os acordos de Camp David, regulamentando a paz entre judeus e egípcios.

Em conformidade com o referido Acordo, Israel devolveu a Península do Sinai ao Egito, mas não a Faixa de Gaza. Todavia, os acordos foram rejeitados pelo mundo árabe. A Síria e a Jordânia, ausentes da reunião, acusaram o Egito de traidor da causa árabe e os palestinos, também , protestaram. Israel não devolveu os territórios ocupados, de acordo com o que fora preconizado pela ONU.

Em março de 1978, um ataque de comandos militares palestinos, entre veículos militares israelenses, em Haifa, provocou a resposta de Israel. No mesmo dia, 28.000 soldados israelenses apoiados pela aviação e por blindados, invadiram o Líbano, decididos a acabar com os campos de refugiados palestinos, existentes neste país.

Em 6 de junho de 1982, começou a operação Paz na Galiléia, planejada pelo Primeiro Ministro Bengurion e pelo Ministro da Defesa de Israel, Ariel Sharon, a qual, foi permeada por violentos e cruéis episódios perpetrados contra os palestinos que integravam os campos de refugiados de Shabra e Schatila, no Líbano (YAZBEK, 1987).

Apesar dos continuados conflitos secundados por várias tentativas de negociações de paz entre palestinos e judeus, as dificuldades não cessaram e os antagonismos prosseguiram.

Assim, tivemos a primeira Intifada que pode ser chamada de Revolta das Pedras. Nesse levante, realizado pelo povo, civis de todas as faixas etárias, inclusive adolescentes, atacavam os soldados de Israel que ocupavam os territórios. As armas do povo palestino eram pedras e paus. Os mesmos investiam contra o inimigo a todo o momento e indiscriminadamente, sob qualquer pretexto. De 1987 a 1992, morreram, na Intifada, cerca de dois mil palestinos.

Em maio de 1994, verificamos a assinatura do Acordo sobre a Faixa de Gaza e a área de Jericó, celebrado entre Israel e palestinos, estabelecendo a autonomia palestina nessas áreas, sob a liderança de Arafat (Figura 3).

Figura 3: Judeus e palestinos, no acordo de 1994.
Fonte: YAZBEK, 1995.

Aliás, o aludido Acordo quase foi cancelado, em virtude de um militante judeu ter eliminado dezenas de muçulmanos, na Cisjordânia, em um ato terrorista. Após os acordos de 1994, restavam, ainda, territórios ocupados por Israel, em 1967, que os judeus não abriram mão, a saber: as Colinas de Golan, a Cisjordânia e o Setor Oriental de Jerusalém. Para os judeus, Gaza e Cisjordânia era o passo inicial para o Estado palestino ensejado. No que se refere à Faixa de Gaza, os palestinos encontraram um outro desafio consubstanciado na luta para reconstruir suas vidas, em uma das mais pobres áreas do Oriente Médio (YAZBEK, 1995). Todavia, a luta e a esperança continuam presentes, no que concerne ao futuro desta região, há tantos anos conflagrada e sofrida.

> Uma abordagem histórica freqüentemente utilizada tende a transferir para um futuro longínquo a resolução da questão da Palestina. Ela se situaria, de acordo com a visão de muitos analistas, no momento da superação democrático-socialista do atual regime israelense, ou seja, em uma sociedade democrático-popular. O Estado de Israel, tal como hoje existe, não teria qualquer razão de existir, pois faria parte de uma ampla confederação de caráter laico, progressista, onde os meios de produção seriam socializados e onde os povos conviveriam harmonicamente. Essa esperança, alimenta milhões de pessoas tanto fora como dentro do próprio Estado israelense e é em função dela que esses milhões realizam lutas cotidianas de transformação social da região (YAZBEK, 1987, p. 13).

Tendo em vista, os acontecimentos que ocorreram no passado e prosseguem, nos dias atuais, sem que, ainda, tenhamos descortinado o delineamento de um possível projeto de paz, os palestinos prosseguem empenhados na luta em prol do advento de um Estado Nacional, onde, enfim, possam construir o seu destino e o seu projeto de nação. Enquanto esta realidade não se tornar concreta o que continuaremos a ver será o interminável e desumano sofrimento dos palestinos refugiados, não apenas no Oriente Médio, mas também, em outras áreas do mundo.

CAPÍTULO 3:

OS REFUGIADOS: INSTITUIÇÕES E OS TERRITÓRIOS DE RECEPÇÃO

3 OS REFUGIADOS: INSTITUIÇÕES E OS TERRITÓRIOS DE RECEPÇÃO

Neste capítulo discutiremos as instituições afetas aos refugiados, bem como a situação daqueles que foram reassentados no Estado do Rio Grande do Norte, assinalando as características dos territórios de recepção e os perfis dos refugiados estabelecidos nas esferas potiguares.

3.1 Instituições

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR é um órgão humanitário criado pela Organização das Nações Unidas – ONU, em 1950. Sua sede se localiza em Genebra, na Suíça e seu escritório, em território brasileiro, está instalado em Brasília, no Distrito Federal. O ACNUR atua conforme o seu Estatuto e de acordo com a Convenção da ONU, relativa aos refugiados. A sua missão é proporcionar a proteção internacional aos refugiados, ou seja, assegurar a guarda de pessoas que fogem dos seus países de origem, por perseguições. Na maioria das vezes, essas pessoas são "caçadas" por diferenças de origem étnica, política e religiosa, além de outros tipos de conflitos territoriais. No Brasil, o principal organismo governamental que atua em conjunto com o ACNUR é o Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE. Este, por sua vez, trabalha selecionando os beneficiários, pois, é crescente o número de solicitações para assumir a condição de refugiado. Desta forma, o candidato que solicita asilo ao país, só é admitido, após rigoroso processo de triagem.

Como as outras Agências da ONU, o ACNUR tem uma missão específica, isto é, uma linha de trabalho. Mesmo que outras agências também trabalhem no acompanhamento de pessoas refugiadas, no caso específico do ACNUR, este, trabalha com pessoas que estão, por algum motivo, deixando seus lugares de origem, freqüentemente, sem perspectivas de volta. Na realidade, estamos falando de uma missão eminentemente complexa, que é a de identificar grupos de pessoas que precisam ser, realmente, remanejados. O passo seguinte, de responsabilidade da organização é procurar parcerias com países que queiram acolher tais pessoas e, por conseguinte, instalar as referidas em um novo Estado-Nação, objetivando a sua adaptação no mesmo.

> O ACNUR tem duas funções principais no Brasil: colaborar com o governo, quanto à aplicação da Convenção de 1951, sobre o Estatuto

> dos Refugiados; trabalhar junto com a sociedade civil e os refugiados, para facilitar seu processo de integração, através de uma rede nacional de apoio. Além disso, os refugiados, têm o direito de gozar dos mesmos serviços públicos que os cidadãos brasileiros, quanto à saúde, a educação etc. O ACNUR, junto com a Cáritas, Rio de Janeiro; Cáritas, São Paulo; Companhia de Jesus; Sociedade Antônio Vieira, em Porto Alegre, promovem a integração dos refugiados na sociedade, mediante atividades, especialmente, planejadas para eles. Estas incluem orientação legal e social, cursos de idioma, assistência na procura por emprego e moradias, etc (ACNUR, 2004).

Em publicação de 17 de novembro de 2004, sobre o Plano de Ação Cartagena, divulgada no site oficial da ONU, a referida organização esclarece os pontos principais que apontam para as funções do ACNUR. A primeira função é efetivamente trabalhar pela aplicação da Convenção de 1951, sobre o Estatuto dos refugiados e, a segunda, trabalhar junto com os parceiros na integração destes refugiados, em uma nova pátria. Como este tipo de missão, pode ser classificada como muito complexa, já podemos perceber que ela necessita de uma grande rede de cooperação para se tentar lograr o desejado êxito.

Encontraremos, no Brasil, algumas instituições que são de grande importância para auxiliar o ACNUR na sua missão. O CONARE, por exemplo, ajuda o ACNUR, especificamente, na tarefa de analisar o pedido para reconhecimento da condição de refugiado. Este, por sua vez, vai ser o braço do governo brasileiro, nesta ação humanitária. Sua composição tem representantes do Ministério da Justiça, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Saúde, Ministério da Educação e dos Desportos, Departamento da Polícia Federal, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e representantes do próprio ACNUR.

Ainda que a pessoa se intitule como refugiado, o seu caso será cuidadosamente verificado pela comissão ACNUR/CONARE. No caso de não se enquadrar como tal, seu pedido será negado. Segundo o próprio CONARE (1998), suas principais atribuições, nestas missões junto ao ACNUR, são:

> - Analisar o pedido sobre o reconhecimento da condição de refugiado;
>
> - Deliberar quanto à cessação "ex offício" ou mediante requerimento das autoridades competentes, da condição de refugiado;

- Declarar a perda da condição de refugiado;

- Orientar e coordenar as ações necessárias à eficácia da proteção, assistência, integração local e apoio jurídico aos refugiados, com a participação dos Ministérios e instituições que compõem o CONARE;

- Aprovar instruções normativas que possibilitem a execução da Lei nº 9.747/97.

Percebemos, como já dito antes, que sendo o CONARE um braço do governo brasileiro nesta empreitada, ele assume um papel normativo e jurídico. Em outros parceiros do ACNUR, encontramos a complementação para outras atividades. Podemos visualizar no Quadro 2 quem são os parceiros neste processo.

Quadro 2 : Parceiros do ACNUR, no Brasil

INSTITUIÇÕES	UF
Associação Antônio Vieira - ASAV	RS
Cáritas Arquidiocesana Rio de Janeiro	RJ
Cáritas Arquidiocesana São Paulo	SP
Cáritas Brasileira	SP
Centro de Direitos Humanos e Memória Popular - CDHMP	RN
Instituto de Migrações e Direitos Humanos - IMDH	DF

Fonte: Quadro organizado pelo autor, 2007.

Visualizamos, neste quadro, uma rede de apoio ao ACNUR em cinco Estados brasileiros. Todavia, temos mais organizações envolvidas, em torno de 30, segundo a própria entidade.

O trabalho destes parceiros refere-se a um segundo estágio: uma vez reconhecidas como refugiadas, as pessoas vão precisar de uma gama de serviços que suprirão as necessidades básicas inerentes a qualquer ser humano. É aí que entra o papel da instituição humanitária. Em conjunto com o ACNUR tudo é planejado em prol da integração do refugiado.

Antes de falarmos sobre o tipo de trabalho que desenvolve esta parceria ACNUR e ONGs, vamos primeiro, mostrar as características referentes a algumas entidades.

A ASAV tem por finalidade a promoção, a difusão e o desenvolvimento da educação, pesquisa científica, da cultura, da assistência social, bem como a difusão da fé e ética cristãs, preconizadas pela Companhia de Jesus (ASAV, 2007). A Cáritas brasileira faz parte da Rede Cáritas Internacional, rede da Igreja Católica de atuação social, composta por 162 organizações presentes em 200 países e territórios, com sede em Roma. Os seus agentes, trabalham junto aos excluídos, muitas vezes, em parceria com outras instituições e movimentos sociais (CÁRITAS, 2007). O Centro de Direitos Humanos e Memória Popular- CDHMP, é uma entidade da sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede, foro e administração em Natal, Rio Grande do Norte, Nordeste do Brasil. A entidade está comprometida com a democratização da sociedade brasileira e com suas atividades voltadas para a defesa e promoção dos Direitos Humanos (CDHMP, 2007). O Instituto de Migrações e Direitos Humanos – IMDH, surgiu para ser uma presença atuante, nesta causa e para oferecer, particularmente, sua contribuição na reflexão, sensibilização da sociedade e ação em defesa dos direitos humanos de migrantes e refugiados (IMDH, 2007).

Constatamos, desta forma, que todas as organizações citadas e que trabalham em conjunto com o ACNUR, têm uma ação, em comum, que é de trabalhar em defesa dos direitos humanos, uma prerrogativa obrigatória a todo cidadão. A primeira fase do trabalho, como dissemos, é de identificar o individuo como refugiado, isto é, se a comissão CONARE/ACNUR, comprovadamente aceitou o pedido de reconhecimento daquela pessoa. Após esse reconhecimento, o ACNUR encaminha o solicitante do refúgio para uma das unidades federativas, que tenha ponto de apoio. Neste caso, entram em ação as organizações citadas anteriormente. O trabalho realizado nesta parceria engloba todos os tipos de serviços de que necessitam os cidadãos. A rede, mediante recursos provenientes do ACNUR, originados de doações, terá como missão, estruturar a nova vida do refugiado. A questão da moradia é uma das primeiras tarefas a ser diligenciada, porquanto, muitos pontos devem ser levados em conta, nesta situação. Esta atividade considera, por exemplo, se o local onde o refugiado está sendo instalado dispõe de serviços básicos como rede de transportes coletivos; aparelhos do sistema de saúde, como hospitais ou postos; aparelhos do sistema educativo, como escolas ou

creches, bem como observar se aquela localidade atende a algumas características dos refugiados (zona rural ou urbana). Quando destacamos a moradia, estamos falando no contexto geral, ou seja, além do local fornecido para morar, o refugiado receberá do ACNUR, todos os utensílios básicos como móveis, objetos pessoais e até roupas, se não as tiver.

No que se refere às questões legais, um dos primeiros passos é o encaminhamento ao Departamento de Policia Federal do Estado acolhedor, objetivando tirar os documentos brasileiros para estrangeiros. O Registro Nacional de Estrangeiros – RNE e, posteriormente, a carteira de trabalho, na Delegacia Regional de Trabalho – DRT, são de suma importância para estes novos cidadãos brasileiros.

No quesito saúde, toda uma bateria de exames é de necessidade prioritária, a fim de se investigar o quadro clinico do refugiado. Mesmo não conseguindo parcerias, os exames são feitos com total apoio do ACNUR. Devemos ressaltar, que se o individuo for portador de doenças graves, ele não irá para uma unidade da federação que não disponha de equipamentos adequados à preservação da sua saúde. Em alguns casos, se o refugiado necessitar acompanhamento psicológico, este também será disponibilizado. Não é muito fácil, para os refugiados, além de estarem carregando possíveis traumas, se depararem com uma nova cultura. Para tentar debelar esta dificuldade, o ACNUR oferece cursos de língua estrangeira e da cultura local, para o refugiado. Tanto a entidade poderá buscar parcerias, com escolas, como terá condições de contratar um professor, para desenvolver o referido trabalho.

Observamos que as entidades trabalham como mediadoras entre o refugiado e o novo mundo, no qual o mesmo está inserido. No caso do Rio Grande do Norte, além de aulas de português e noções sobre a cultura local, alguns refugiados foram encaminhados para cursos profissionalizantes. Cumpre lembrar que tudo isto é feito após o ACNUR e as entidades que compõem a rede de apoio, já possuírem um perfil geral do refugiado. Se o refugiado é um homem do campo, acostumado a lidar com a terra, suas habilidades serão respeitadas. Por outro lado, se o mesmo tiver um bom nível de escolaridade, suas potencialidades serão levadas em conta. Desta forma, os refugiados reassentados, no Rio Grande do Norte, foram direcionados para áreas que lhes dessem possibilidades de sobrevivência.

3.2 Os Territórios de Recepção: Natal, Lajes e Poço Branco

3.2.1 Natal

Com o advento da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), Natal foi submetida a uma mudança extremamente significativa na sua estrutura urbana, econômica e social. Por situar-se, estrategicamente, no continente sul-americano, a cidade ganhou, subitamente, uma infra-estrutura, para dar suporte à máquina de guerra norte-americana, como: a base aérea, a base naval e a chamada "pista". Esta última, além de efetivar a estruturação do corredor viário, permitiu um melhor fluxo entre o centro de Natal e Parnamirim (MEDEIROS *apud* COSTA, 2000, p. 118), significando, também, o início mais marcante da integração regional de Natal com o nordeste. Com a construção deste corredor viário iniciou-se

> um intenso fluxo migratório de trabalhadores provenientes do interior do Rio Grande do Norte e de outros Estados, em busca de trabalho, em razão dos novos empreendimentos gerarem um aumento considerável de oferta de emprego, como também da política de estímulo à migração campo x cidade, que o governo do presidente Getúlio Vargas implementou (COSTA, 2000, p. 118).

Esse contingente populacional, que fora atraído, uniu-se aos 10 mil soldados americanos, além dos brasileiros, ampliando, ainda mais, no espaço urbano de Natal, a demanda por bens e serviços, que desse suporte à referida ocupação. Nesse sentido, uma série de transformações se verificou, pois, segundo Costa (2000, p. 118-119),

> Inicia-se assim, [...], um processo de crescimento mais dinâmico. Essa dinamização foi fundamental para definir uma tendência de concentração populacional e uma economia bastante diversificada, passando a predominar atividades ligadas ao setor terciário. Portanto, o impulso que Natal conheceu, a partir desse período, tanto em termos populacionais, quanto em termos da sua expansão urbana, contribuiu para intensificar o comércio, a indústria e os serviços, viabilizando a realização de vultuosos negócios.

Neste contexto, novos bairros surgiram, resultado da progressiva expansão urbana da cidade de Natal, que seguiu basicamente dois caminhos: no sentido sudeste,

promovida pela estrada de ferro, que fazia a ligação da capital com o interior do Estado; e no sentido sul, favorecida pela pista, que compreendia uma estrada asfaltada, que ligava Parnamirim com os bairros de Petrópolis e Tirol e, que posteriormente, foi submetida à reestruturação, pelo Poder Público.

Em 1942, o então presidente Getúlio Vargas, oficializou, através de decreto, a criação da base Aérea de Natal. Entretanto, a mesma foi somente concretizada entre os anos de 1943 e 1945, com a construção de duas bases aéreas: uma americana (Parnamirim Field) e uma brasileira. Aliados a essas iniciativas, emergiram nas proximidades das duas bases, aproximadamente 1.500 empreendimentos (cinema, teatro, hospital, dentre outros), que foram erguidos para atender à demanda de mais de 10 mil soldados, que se encontravam a serviço da Segunda Guerra Mundial. Dentre as obras de infra-estrutura, destacou-se a "Parnamirim Road" ou "pista", que compreendia uma estrada asfaltada, ligando Natal a Parnamirim (BARROS, 1989, p. 24).

Durante o período da Segunda Guerra Mundial, Parnamirim cresceu rapidamente sob o objetivo principal de melhor servir à máquina de guerra, ganhando, assim, uma estrutura de cidade. Como lembra Morais (1998, p. 184),

> Com o fim da guerra em 1945, a cidade, em pleno crescimento, começava a conviver com os tempos de paz. No dia 23 de dezembro de 1948, Parnamirim foi elevada à condição de distrito de Natal e dez anos depois, no dia 17 de dezembro de 1958, desmembrou-se da capital, tornando-se município do Rio Grande do Norte.

Todavia, o crescimento urbano de Parnamirim, se deu de forma não totalmente planejada, apesar de tantos investimentos, que privilegiaram, prioritariamente, o suporte à guerra.

Barros (1989, p. 26), quando se remete à realidade do ano de 1989, exprime bem a repercussão sócio-espacial da priorização de investimentos para o suporte da máquina de guerra, quando diz, "é pena que num momento tão oportuno tenha se negligenciado a preocupação com as condições de infra-estrutura, como o saneamento básico, inexistente até hoje, parecendo mais medida de segregação social". Obviamente, a intenção dos estadunidenses foi garantir condições mínimas de ocupação para um período não-permanente. Nesse sentido, não se justificava maiores intervenções,

considerando que os efluentes produzidos na base eram condicionados e enviados, por avião, para fora do Estado.

Mesmo após o término da Segunda Guerra Mundial, Parnamirim assistiu, apesar de lento, um crescimento urbano atrelado à base aérea, que se destacou como "elemento de sustentação econômica". Somente na década de 70, com o início do processo de industrialização, é que o município de Parnamirim viria sofrer significativa transformação na sua estrutura urbana. Nesse período, uma infra-estrutura de suporte à indústria foi articulada, como: sistema de transporte ferroviário, aeroviário, rodoviário, energia elétrica, água encanada, telefone e, principalmente, o entroncamento rodoviário formado pelas vias BR-101 e BR-304, que permitiu o fluxo terrestre de Natal com as capitais João Pessoa (PB) e Fortaleza (CE), respectivamente (BARROS, 1989, p. 28). É justamente às margens da BR-101 que, inicialmente, foram construídas várias indústrias de pequeno, médio e grande porte.

No sentido Sul de Natal a ocupação do território não foi feita de forma, socialmente, homogênea. Percebemos, neste espaço, o desenvolvimento de uma infra-estrutura, especialmente, volvida para atender às demandas da máquina de guerra e da elite que se concentrou na sua área de influência e que fora contemplada, ao longo dos anos, com uma privilegiada e aperfeiçoada infra-estrutura de transportes e serviços, através da execução do Plano de Expansão de Natal (Plano Geral de Obras) de 1935. Este plano configurou o privilégio de determinados espaços, levando para estes uma boa infra-estrutura, enquanto que outros, se desenvolveram, de forma não muito orientada, em relação ao que se verificou na artéria que engloba a Hermes da Fonseca-Salgado Filho-BR101, acentuando, portanto, a fragmentação sócio-espacial da cidade, já que os territórios periféricos da mesma, experimentaram um encaminhamento contrário. Como lembra Costa (2000, p. 135),

> [...] na década de 30, uma série de obras de infra-estrutura foram realizadas, e na década de 40, foram complementadas e ampliadas a partir do aumento acentuado de demandas por serviços de infra-estrutura no período da guerra. Entre essas obras merecem destaque as de melhoramento e prolongamento da avenida Hermes da Fonseca/Salgado Filho, até o aeroporto Augusto Severo e a implantação de artérias a ela articuladas que ligavam a Base de Hidroaviões, na Rampa - bairro de Santos Reis, com a Base Naval, no Bairro do Alecrim. Surgem novos bairros, como também a expansão

> de outros, de uso exclusivamente residencial, que foram beneficiados com serviços de água, luz, esgotos, telefone e transportes coletivos.

Vale salientar que a infra-estrutura de serviços a que se remete Costa, não foi algo onipresente no território de Natal. Bairros como o Passo da Pátria, Rocas, Quintas e Guarapes, que Cascudo (1980) denominou como bairros exteriores, amargaram desde suas formações, uma ausência de atenção por parte do Poder Público e que se mostra patente através da percepção atual da configuração espacial. Assim, o território foi claramente orientado à segregação sócio-espacial, evidenciando-se, ainda, mais com a posterior política de industrialização do país.

Ainda, segundo Costa (2000, p. 122),

> A intensificação da atividade industrial constituiu-se num fator que contribuiu intensivamente para a expansão urbana de Natal. A política econômica definida pelos governos militares, a partir de 1964, voltada para os setores industriais e de infra-estrutura, repercutiu no espaço urbano de Natal, de forma intensiva. Essa política teve, como objetivo principal, elevar o país à condição de 'grande potência', associando-se com maior intensidade ao capital estrangeiro, como forma de acelerar o desenvolvimento econômico. Entretanto, para as empresas de capital nacional, foram oferecidos incentivos fiscais, desde que investissem em novos empreendimentos na região (destaque do autor).

Apesar de ter como objetivo a dinamização econômica do espaço de Natal, a feição contrária[1], dessa política, também emergiu. A partir da década de 70, a atividade industrial de Natal deslanchou. Com a criação do Parque Têxtil Integrado e do Distrito Industrial de Natal, sob o pretexto de alta valorização do solo urbano da Zona Sul, o Governo do Estado incentivou a orientação do setor produtivo, para a Zona Norte (São Gonçalo do Amarante e Extremoz). Dessa maneira, o crescimento urbano da Zona Norte se processou através da instalação de indústrias e, por conseguinte, da demanda por mão-de-obra que passou, então, a residir nos conjuntos habitacionais (Pajuçara, Panatis e Soledade) construídos próximos às indústrias (GOMES, SILVA, SILVA, 2000). Estes conjuntos habitacionais, apesar do crescimento observado, neste período, na atualidade, constituem um quadro problemático no que se refere à infra-estrutura urbana, pois a devida adequação destes, bem como de outros espaços na cidade, não foi

[1] Contrário: sentido da alternância na metodologia dialética (DEMO, 1981, p.158-160).

encaminhada de acordo com as demandas emergentes, em oposição ao que se pôde observar na artéria central, já mencionada.

Com relação à Zona Norte, segundo Costa (2000, p. 123),

> [...] o dinamismo econômico que se instalou, acarretou, naturalmente, a expansão horizontal nessa área da cidade e, trouxe com isso, problemas sócio-espaciais. A carência dos serviços urbanos, aí predominantes, recaiu sobre os extratos sociais mais pobres da população; além disso, a presença dos empreendimentos industriais, associada à expansão horizontal, a partir de então, provocou o encarecimento do solo nas áreas melhor servidas, reservadas, naturalmente, às empresas.

A demanda por serviços e mão-de-obra que dessem suporte às industrias, naturalmente, ampliou e diversificou o setor terciário em outras áreas da cidade e que, ocasionalmente, se constituíram, majoritariamente, num espaço pré-determinado. Este setor

> se espacializou em Natal através de grandes unidades edificadas, voltadas para os diversos ramos de atividades. Entre os principais empreendimentos instalados, nesse período, tivemos: a construção do Centro Administrativo do Estado e o Campus da UFRN; a ampliação da rede escolar oficial; as construções do Hospital e Pronto Socorro Walfredo Gurgel e do Hospital Médico-Cirúrgico; a instalação de grandes lojas comerciais, entre outros (CUNHA apud COSTA, 2000, p. 124).

Entrementes, é interessante observar que grande parte desses empreendimentos está nas Zonas Sul e Leste de Natal, mais especificamente, às margens do corredor viário que congrega a Rua Cel. Joaquim Manuel, as avenidas Hermes da Fonseca, Senador Salgado Filho e trecho urbano da BR-101, sem falar em outros empreendimentos públicos como: instituições militares, secretarias estaduais e municipais, o complexo viário do 4º Centenário e etc.; e privados de pequeno, médio e grande porte como supermercados, atacados, distribuidoras de alimentos, revendedora de veículos, Shopping Centers, dentre outras iniciativas (oriundas de investimentos, tanto de capital nacional, quanto internacional), que se encontram neste corredor, atribuindo-lhe um caráter progressivo e dinâmico do ponto de vista econômico e espacial. Estas "rugosidades" fomentaram o crescimento do território da classe

dominante, bem como a demanda crescente por infra-estrutura, em detrimento das "áreas subequipadas destinadas à população de baixa renda". Por outro lado, a Zona Norte, desde a década de 70, cresceu em função da instalação de indústrias[2] (GOMES, SILVA, SILVA, 2000). A área sob influência da Via Estrutural - Classe Arterial I (NATAL, 2004), vem se estruturando em função da prestação de serviços.

As atividades do setor secundário (indústrias têxteis, alimentícias, etc), principalmente na década de 70 e início da década de 80, entendemos que as mesmas, apesar de toda repercussão para consolidação da infra-estrutura básica, após a reestruturação produtiva, oriunda da substituição do setor pela atividade terciária, na atualidade, pouco influenciaram a dinâmica comercial da capital (SILVA JÚNIOR, 2007, p. 5-9).

A cidade de Lajes era uma fazenda de gado, em 1825, pertencendo, depois, a Francisco Pedro Gomes de Melo. Dizia-se as Laj*es*, pela abundância dos penedos e lajedos na área.

Apesar das grandes estiagens ocorridas, no referido município e, no seu entorno, havia pastagens em abundância.

Assim, Laje se tornou um ponto de encontro, parada para descanso, para refrescar os animais e fazer negócios. Muitos criadores do Seridó, compravam, ali, mais cabeças de gado para completar o seu rebanho e vende-los para o litoral.

Era uma região de interesses, vista como local estratégico, do ponto de vista comercial, para aqueles vaqueiros que iam e voltavam do litoral. Deste ponto, começaram a crescer os rebanhos locais e aparecerem novas fazendas. Um grande marco na história deste município foi a chegada da estrada-de-ferro.

> A Estrada-de-Ferro começou em 1904, partindo do Rio Potengi. Em 1906, a máquina apitara no Ceará–Mirim, com o Presidente da República, Afonso Pena, sentado num banco de vagão. Vinham vindo os trabalhos de remoção de terra, nivelamento, barracas, turmas de trabalhadores, animação, novidades catucando possibilidades econômicas (CASCUDO, 1980).

[2] Na atualidade a diversificação do setor terciário, também, é uma realidade que deve ser observada.

3.2.2 Lajes

Uma fazenda pertencente a Francisco Pedro de Gomes Melo, nos idos de 1825, representou os primeiros sinais de povoamento no lugar.

A localidade de Lajes, por estar, estrategicamente, situada nos caminhos do sertão, tornou-se um importante ponto de encontro e descanso de boiadeiros e fazendeiros em viagens à procura de negócios, que aproveitavam a parada obrigatória para refrescar o comboio e completar a carga vendida.

No ano de 1914, a estrada de ferro Sampaio Correia chegou à localidade, trazendo com ela o progresso e impulsionando o desenvolvimento local. Em 25 de novembro do mesmo ano, pela Lei nº 360, foi criado o município de Lajes, que na oportunidade incorporou a sede do município de Jardim de Angicos.

O município mudou de nome por força do Decreto nº 268, de 30 de dezembro de 1943, passando a ser chamado de Itaretama, que significa região de pedras. Dez anos depois, em 11 de dezembro de 1953, pela Lei nº 1.032, retornou ao antigo nome, voltando a ser Lajes.

O município tem, atualmente, uma superfície correspondente a 676,42 km², equivalente a 1,25% da superfície estadual, distando 125 cerca de 125 km de Natal.

3.2.3 Poço Branco

A construção da barragem, situada nas proximidades de Poço Branco, ao mesmo tempo em que tornava inviável a permanência da população no local, devido à provável inundação da área, pelo armazenamento da água, trouxe, também, para a região, muitos trabalhadores e novos moradores, fazendo crescer e desenvolver a povoação.

A população escolheu uma área de terreno plano, situada nas redondezas da barragem e lá decidiram edificar suas moradias e instalar a futura cidade. Começou, então, a nova Poço Branco e, lentamente, foi desaparecendo a antiga povoação, que transformou-se, depois, em simples cercados para a criação de gado.

Com o transcorrer das obras da barragem, Poço Branco continuou progredindo e no dia 26 de julho de 1963, pela Lei Nº 2.899, foi desmembrado de Taipu, tornando-se um novo município do Rio Grande do Norte.

Poço Branco está localizado na chamada Região do Mato Grande, a 60 km de distância da capital, com uma área de 160 km^2, onde residem cerca de 12 mil habitantes.

A Barragem Engenheiro Batista do Rego Pereira, conhecida como Barragem de Poço Branco que, praticamente, deu origem ao município, levou dez anos para ser concluída, sendo inaugurada em 1969, com capacidade reservatória para mais de 136 milhões de metros cúbicos d'água. Além de muito utilizada para pesca, também se destaca como atração turística.

A atividade econômica local desenvolveu-se através da produção agrícola, da pecuária e da pesca. O município é considerado o maior produtor de farinha de mandioca da Região do Mato Grande. Seu artesanato é representado por confecções de chapéus e bolsas de palha de carnaúba, quartinhas e louças de barro (MORAIS, 1998, p. 202-203).

3.3 Perfil Socioeconômico Geral dos Municípios Integrantes dos Territórios de Recepção

De acordo com o ACNUR, bem como com a legislação brasileira afeta aos refugiados, os territórios de recepção, devem ser detentores de algumas condições que correspondam a um suporte socioeconômico adequado para a recepção e residência dos refugiados. Neste sentido, notamos que a educação e a saúde, bem como o panorama econômico, são pontos a serem considerados no que concerne ao direcionamento dos que pleiteiam asilo em outras terras, com a finalidade de nelas morarem e asseverarem suas sobrevivências.

Assim sendo, passaremos, a seguir, a tecer algumas considerações gerais sobre o perfil sócioeconômico dos três municípios que integram as áreas de recepção dos refugiados.

Devemos, em primeira instância, ressaltar que sob a ótica populacional, o município de Natal contava, em 2007, com 774.230 habitantes; o município de Lajes, 10.412 habitantes e o município de Poço Branco, 3.381 habitantes (IBGE, 2007).

Analisando-se as Tabelas 2 e 3 notamos que em todos os níveis de ensino, não importando qual seja a entidade mantenedora, isto é, pública ou privada, Natal, mantém a supremacia neste particular setor: ensino pré-escolar municipal, 62,3% e ensino pré-

escolar privado, 99,5%; ensino fundamental estadual, 95,6%; ensino fundamental municipal, 75%; ensino fundamental privado, 99,4%; ensino médio federal, 100%; ensino médio estadual, 96,4%; ensino médio privado, 100%; ensino superior federal, 100%; ensino superior estadual, 100% e, finalmente, ensino superior privado 100%.

Quando averiguamos o setor saúde, também, Natal detém a liderança no que tange aos seguintes aspectos, que podem ser identificados nas Tabelas 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11, a seguir: número de estabelecimentos de saúde por entidades mantenedoras; número de leitos para internação, por entidades mantenedoras; número de aparelhos colocados à disposição da saúde da comunidade, tais como: mamógrafos, tomógrafos, ressonância magnética, ultrassom com Doppler, aparelhos para hemodiálise, eletrocardiógrafo, eletroencefalógrafo e raios-x.

Em contrapartida, a situação é, totalmente, diversa quando nos debruçamos sobre a realidade referente aos municípios de Lajes e Poço Branco. No que tange ao número total de estabelecimentos afetos à saúde, Poço Branco é contemplado com 6 e Lajes, com 4 estabelecimentos. No que diz respeito ao número de leitos disponíveis, Lajes apresenta 30 leitos e Poço Branco, 26. Todavia, quando nos retemos ao elenco de aparelhos, já mencionados, quando nos referimos a Natal, concluímos que os dois contextos municipais estão numa situação extremamente difícil, porquanto, identificamos, apenas, a existência de 1 eletrocardiógrafo, em Poço Branco.

O estudo do setor primário relativo as culturas permanentes e temporárias, resultou nas seguintes constatações: as culturas temporárias, quanto à maior quantidade produzida, estão, assim, consignadas: Lajes, com 152 ton. de feijão e Poço Branco, apresentando 12.600 ton. de cana-de-açúcar. Na esfera das culturas permanentes, a realidade aferida foi a seguinte, no que se refere à maior quantidade produzida: Natal, com 375 ton. de banana; Poço Branco, 220 toneladas de manga e Lajes, com 8 ton. de castanha de caju (Tabelas 12 e 13).

O quadro concernente a criação de diferentes modalidades de rebanhos, assinalou Natal, detendo, a supremacia na criação de galinhas (90,5%). Por outro lado, Lajes destacou-se na criação de caprinos (95,2%) e Poço Branco, logrou, maior ênfase, na criação de bovinos (68,2%) (Tabelas 14 e 15).

A análise por número de estabelecimentos equipados com instrumentos de trabalho, bem como detendo diferentes rebanhos, abrangendo os municípios de Lajes e

Poço Branco, apontou as situações seguintes: tanto Lajes, como Poço Branco dispõem, respectivamente, de 12 estabelecimentos, os quais só possuem tratores. Além disso, os dois municípios, também, logram um maior número de estabelecimentos concernentes ao criatório bovino, ou seja, respectivamente, 58% (Lajes) e 42% (Poço Branco) (Tabela 16).

A investigação concernente à estrutura empresarial dos três municípios em tela, a qual abrangeu os seguintes itens: agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal; pesca; indústrias extrativistas; indústrias de transformação; produção e distribuição de eletricidade, gás e água; construção; comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos; alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicações; intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços; atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas locais; administração pública, defesa e seguridade social; educação; saúde e serviços sociais e outros serviços coletivos, sociais e pessoais – nos conferiu a visão a seguir: Natal mantém, sem dúvida, a liderança em todos os setores, aqui, arrolados, destacando-se, todavia, naquele relativo ao comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos (99,2%). Todavia, quando observamos os dados relativos a Lajes e Poço Branco, no que diz respeito ao setor, que maior destaque tem em cada um deles, percebemos que, também, ambos detém um maior número de estabelecimentos alusivos ao item comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos (Lajes, 87 estabelecimentos e Poço Branco, 25). Por outro lado, quando resolvemos destacar que setor ocupa a segunda colocação, em cada um dos referidos municípios, chegamos aos seguintes resultados: Lajes, conta com 10 estabelecimentos relativos ao item alojamento e alimentação e, por sua vez, Poço Branco emerge com 16 estabelecimentos concernentes ao item de outros serviços coletivos e pessoais (Tabelas 17 e 18).

Pelo que acima foi discutido, notamos que Natal é, sem dúvida, o município que abrange as melhores condições, sob a ótica socioeconômica, para acolher os refugiados estrangeiros. Em contrapartida, o contexto apresentado por Lajes e Poço Branco evidencia a precariedade de condições neles existentes, dificultando, sensivelmente, um adequado reassentamento dos aludidos estrangeiros. Entretanto, pelo que pudemos constatar, através das entrevistas realizadas entre os refugiados, sentimos que poderá

ocorrer a superação das dificuldades enfrentadas, pelo refugiado, dependendo da sua personalidade e da sua determinação pessoais, conforme pudemos aferir, no caso de Rafael. Apesar disso, conotamos que a realidade detectada, principalmente, nos municípios de Lajes e Poço Branco, não confere com as exigências registradas no plano legal, desenvolvido pelo Estado brasileiro, no que tange aos refugiados.

TABELA 2: REDE DE ENSINO (continua...)

MUNICÍPIOS	1		2		3		4		5		6		7		8	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
NATAL	2	100	1	100	33	62,3	190	99,5	109	95,6	0	0	66	75	153	99,4
LAGES	0	0	0	0	7	13,2	1	0,5	2	1,8	0	0	7	8	1	0,6
POÇO BRANCO	0	0	0	0	13	24,5	0	0	3	2,6	0	0	15	17	0	0
TOTAL	2	100	1	100	53	100	191	100	114	100	0	0	88	100	154	100

Fonte: IBGE, 2007.

LEGENDA:

1-Ensino pré-escolar: escola pública estadual (2007); 2-Ensino pré-escolar: escola pública federal (2007); 3-Ensino pré-escolar: escola pública municipal (2007); 4-Ensino pré-escolar: escola privada (2007); 5-Ensino fundamental: escola pública estadual (2007); 6-Ensino fundamental - escola pública federal (2007); 7-Ensino fundamental: escola pública municipal (2007); 8-Ensino fundamental: escola privada (2007);

TABELA 3: REDE DE ENSINO (conclusão)

MUNICÍPIOS	9		10		11		12		13		14		15		16	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
NATAL	53	96,4	2	100	0	0	46	100	1	100	2	100	0	0	10	100
LAGES	1	1,8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
POÇO BRANCO	1	1,8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	55	100	2	100	0	0	46	100	1	100	2	100	0	0	10	100

Fonte: IBGE, 2007.

LEGENDA:

9-Ensino médio: escola pública estadual (2007); 10-Ensino médio: escola pública federal (2007); 11-Ensino médio: escola pública municipal (2007); 12-Ensino médio: escola privada (2007); 13-Ensino superior: escola pública estadual (2005); 14-Ensino superior: escola pública federal (2005); 15- Ensino superior: escola pública municipal (2005); 16-Ensino superior: escola privada (2005).

TABELA 4: SERVIÇOS DE SAÚDE (continua...)

MUNICÍPIOS	1		2		3		4		5		6		7		8		9		10	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
NATAL	373	97,4	98	91,6	7	100	12	100	79	89,8	275	99,6	256	100	19	95	72	98,6	35	94.6
LAJES	4	1,0	3	2,8	0	0	0	0	3	3,4	1	0,4	0	0	1	5	1	1,4	1	2,7
POÇO BRANCO	6	1,6	6	5,61	0	0	0	0	6	6,8	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2,7
TOTAL	383	100	107	100	7	100	12	100	88	100	276	100	256	100	20	100	73	100	37	100

Fonte: IBGE, 2005.

LEGENDA:

1-Estabelecimentos de saúde total; 2-Estabelecimentos de saúde público total; 3-Estabelecimentos de saúde público federal; 4- Estabelecimentos de saúde público estadual; 5- Estabelecimentos de saúde público municipal; 6- Estabelecimentos de saúde privado total; 7- Estabelecimentos de saúde privado com fins lucrativos; 8- Estabelecimentos de saúde privado sem fins lucrativos; 9- Estabelecimentos de saúde privado SUS; 10- Estabelecimentos de saúde com internação total;

TABELA 5: SERVIÇOS DE SAÚDE (continua...)

MUNICÍPIOS	11		12		13		14		15		16		17		18		19		20	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
NATAL	254	96,9	84	100	14	93,3	80	90,9	4	100	21	95,5	174	100	80	100	72	98,6	17	94,4
LAJES	3	1,1	0	0	0	0	3	3,4	0	0	1	4,5	0	0	0	0	1	1,4	1	5,6
POÇO BRANCO	5	1,9	0	0	1	6,7	5	5,7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	262	100	84	100	15	100	88	100	4	100	22	100	174	100	80	100	73	100	18	100

Fonte: IBGE, 2005.

LEGENDA:

11- Estabelecimentos de saúde sem internação total; 12- Estabelecimentos de saúde com apoio à diagnose e terapia total; 13- Estabelecimentos de saúde com internação, público; 14- Estabelecimentos de saúde sem internação público; 15- Estabelecimentos de saúde com apoio à diagnose e terapia público; 16- Estabelecimentos de saúde com internação privado; 17- Estabelecimentos de saúde sem internação privado;18- Estabelecimentos de saúde com apoio à diagnose e terapia privado; 19- Estabelecimentos de saúde total privado/SUS; 20- Estabelecimentos de saúde com internação privado/SUS;

TABELA 6: SERVIÇOS DE SAÚDE (continua...)

MUNICÍPIOS	21		22		23		24		25		26		27		28		29		30	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
NATAL	35	100	20	100	13	100	143	100	15	93,8	168	99,4	7	58,3	27	90	3	100	9	100
LAJES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	8,3	3	10	0	0	0	0
POÇO BRANCO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	6,2	1	0,6	4	33,3	0	0	0	0	0	0
TOTAL	35	100	20	100	13	100	143	100	16	100	169	100	12	100	30	100	3	100	9	100

Fonte: IBGE, 2008.

LEGENDA:

21- Estabelecimentos de saúde sem internação privado/SUS; 22-Estabelecimentos de saúde com apoio à diagnose e terapia privado/SUS; 23-Estabelecimentos de saúde especializado com internação total; 24- Estabelecimentos de saúde especializado sem internação total; 25-Estabelecimentos de saúde com especialidades com internação total; 26- Estabelecimentos de saúde com especialidades sem internação total; 27-Estabelecimentos de saúde geral com internação total; 28- Estabelecimentos de saúde geral sem internação total; 29- Estabelecimentos de saúde especializado com internação público; 30-Estabelecimentos de saúde especializado sem internação público;

TABELA 7: SERVIÇO DE SAÚDE (continua...)

MUNICÍPIOS	31		32		33		34		35		36		37		38		39		40	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
NATAL	7	87,5	49	98,0	4	50,0	26	89,7	10	100	134	100	8	100	119	100	3	75,0	1	100
LAJES	0	0	0	0	0	0	3	10,3	0	0	0	0	0	0	0	0	1	25,0	0	0
POÇO BRANCO	1	12,5	1	2,0	4	50,0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	8	100	50	100	8	100	29	100	10	100	134	100	8	100	119	100	4	100	1	100

Fonte: IBGE, 2008.

LEGENDA:

31-Estabelecimentos de saúde especializado com especialidades com internação público; 32-Estabelecimentos de saúde especializado com especialidades sem internação público; 33-Estabelecimentos de saúde geral com internação público; 34-Estabelecimentos de saúde geral sem internação público; 35-Estabelecimentos de saúde especializado com internação privado; 36-Estabelecimentos de saúde especializado sem internação privado; 37-Estabelecimentos de saúde com especialidades com internação privado; 38-Estabelecimentos de saúde com especialidades sem com internação privado; 39-Estabelecimentos de saúde geral com internação privado; 40- Estabelecimentos de saúde geral sem internação privado;

TABELA 8: SERVIÇOS DE SAÚDE (continua...)

MUNICÍPIOS	41		42		43		44		45		46		47		48		49		50	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
NATAL	10	100	33	100	5	100	22	100	2	66,7	0	0	170	97,7	14	100	243	100	266	97,8
LAJES	0	0	0	0	0	0	0	0	1	33,3	0	0	4	2,3	0	0	0	0	0	0
POÇO BRANCO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	100	0	0	0	0	0	0	6	2,2
TOTAL	10	100	33	100	5	100	22	100	3	100	6	100	174	100	14	100	243	100	272	100

Fonte: IBGE, 2008.

LEGENDA:

41-Estabelecimentos de saúde especializado com internação privado/SUS; 42-Estabelecimentos de saúde especializado sem internação privado/SUS; 43-Estabelecimentos de saúde com especialidades com internação privado/SUS; 44-Estabelecimentos de saúde com especialidades sem internação privado/SUS; 45-Estabelecimentos de saúde geral com internação privado/SUS, 46-Estabelecimentos de saúde geral sem internação privado/SUS; 47-Estabelecimentos de saúde SUS; 48-Estabelecimentos de saúde plano próprio; 49-Estabelecimentos de saúde plano de terceiros; 50-Estabelecimentos de saúde próprio;

TABELA 9: SERVIÇOS DE SAÚDE (continua...)

MUNICÍPIOS	51		52		53		54		55		56		57		58		59		60	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
NATAL	356	98,9	17	100	31	83,8	98	97,0	0	0	0	0	258	99,6	17	100	31	100	64	98,5
LAJES	4	1,1	0	0	0	0	3	3,0	0	0	0	0	1	0,4	0	0	0	0	1	1,5
POÇO BRANCO	0	0	0	0	6	16,2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	360	100	17	100	37	100	101	100	0	0	0	0	259	100	17	100	31	100	65	100

Fonte: IBGE, 2008.

LEGENDA:

51- Estabelecimentos de saúde único total; 52-Estabelecimentos de saúde com terceirização total; 53-Estabelecimentos de saúde terceirizado total; 54-Estabelecimentos de saúde único público; 55-Estabelecimentos de saúde com terceirização público; 56-Estabelecimentos de saúde terceirizado público; 57-Estabelecimentos de saúde único privado; 58-Estabelecimentos de saúde com terceirização privado; 59-Estabelecimentos de saúde terceirizado privado; 60-Estabelecimentos de saúde único privado/SUS;

TABELA 10: SERVIÇOS DE SAÚDE (continua...)

MUNICÍPIOS	61		62		63		64		65		66		67		68		69		70	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
NATAL	8	100	10	27,8	2746	98	1289	98	381	100	864	100	44	62,9	1457	98	1131	97,4	16	100
LAJES	0	0	0	0	30	1,1	0	0	0	0	0	0	0	0	30	2,0	30	2,6	0	0
POÇO BRANCO	0	0	26	72,2	26	0,9	26	2,0	0	0	0	0	26	37,1	0	0	0	0	0	0
TOTAL	8	100	36	100	2802	100	1315	100	381	100	864	100	70	100	1487	100	1161	100	16	100

Fonte: IBGE, 2008.

LEGENDA:

61-Estabelecimentos de saúde com terceirização privado/SUS; 62-Estabelecimentos de saúde terceirizado privado/SUS; 63-Leitos para internação em estabelecimentos de saúde total; 64-Leitos para internação em estabelecimentos de saúde público total; 65-Leitos para internação em estabelecimentos de saúde público federal; 66-Leitos para internação em estabelecimentos de saúde público estadual; 67-Leitos para internação em estabelecimentos de saúde público municipal; 68-Leitos para internação em estabelecimentos de saúde privado total; 69-Leitos para internação em estabelecimentos de saúde privado/SUS; 70-Mamógrafo com comando simples;

TABELA 11: SERVIÇOS DE SAÚDE (conclusão)

MUNICÍPIOS	71		72		73		74		75		76		77		78		79		80	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
NATAL	4	100	9	100	14	100	3	100	45	100	124	99,2	19	100	101	100	32	100	41	100
LAJES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
POÇO BRANCO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,8	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	4	100	9	100	14	100	3	100	45	100	125	100	19	100	101	100	32	100	41	100

Fonte: IBGE, 2008.

LEGENDA:

71-Mamógrafo com estéreo-taxia; 72-Raio X para densitometria óssea; 73-Tomógrafo; 74-Ressonância magnética; 75-Ultrassom com Doppler colorido; 76-Eletrocardiógrafo; 77-Eletroencefalógrafo; 78-Equipamento de hemodiálise; 79-Raio X de até 100mA; 80-Raio X mais de 500mA.

TABELA 12: LAVOURA TEMPORÁRIA (TONELADAS)

MUNICÍPIOS	1		2		3		4		5		6		7		8	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
NATAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LAJES	12	100	0	0	0	0	0	0	152	45,8	0	0	96	23,1	30	5,4
POÇO BRANCO	0	0	80	100	12.600	100	7	100	180	54,2	7.200	100	320	76,9	525	94,6
TOTAL	12	100	80	100	12600	100	7	100	332	100	7200	100	416	100	555	100

Fonte: IBGE, 2006.

LEGENDA:

1-Algodão; 2-Batata-doce; 3-Cana-de-açúcar; 4-Fava; 5-Feijão; 6-Mandioca; 7-Milho; 8-Sorgo.

TABELA 13: LAVOURA PERMANENTE (TONELADAS)

MUNICÍPIOS	1		2		3		4		5		6	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
NATAL	375	100	3	2,05	60	21,4	0	0	0	0	0	0
LAJES	0	0	8	5,5	0	0	0	0	0	0	0	0
POÇO BRANCO	0	0	135	92,5	220	78,6	176	100	33	100	17	100
TOTAL	375	100	146	100	280	100	176	100	33	100	17	100

Fonte: IBGE, 2006.

LEGENDA:

1-Banana; 2-Castanha de caju; 3-Manga; 4-Mamão; 5-Laranja; 6-Limão.

TABELA 14: PECUÁRIA (continua...)

MUNICÍPIOS	1		2		3		4		5		6		7		8		9		10	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
NATAL	252	1,8	558	24,6	70	12,6	10	2,4	15	8,3	0	0	0	0	0	0	52.820	90,5	13.350	55
LAJES	4.226	30	618	27,3	297	53,3	343	83	110	61,1	0	0	0	0	16.304	88,6	963	1,6	2.230	9,2
POÇO BRANCO	9.625	68,2	1.090	48,1	190	34,1	60	14,5	55	30,6	0	0	0	0	2.090	11,4	4.600	7,9	8.700	35,8
TOTAL	14103	100	2266	100	557	100	413	100	180	100	0	0	0	0	18.394	100	58.383	100	24.280	100

Fonte: IBGE, 2006.

LEGENDA:

1-Bovinos: efetivo dos rebanhos; 2-Suínos: efetivo dos rebanhos; 3-Eqüinos: efetivo dos rebanhos; 4-Asininos: efetivo dos rebanhos; 5-Muares: efetivo dos rebanhos; 6-Bubalinos: efetivo dos rebanhos; 7-Coelhos: efetivo dos rebanhos; 8-Ovinos: efetivo dos rebanhos; 9-Galinhas: efetivo do criatório; 10-Galos, frangas, frangos e pintos: efetivo do criatório;

TABELA 15: PECUÁRIA

MUNICÍPIOS	11		12		13		14		15		16		17		18		19		20	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
NATAL	0	0	0	0	81	2,5	66	2,3	0	0	0	0	0	0	2.645	98,3	0	0	0	0
LAJES	0	0	18.383	95,2	344	10,4	211	7,4	0	0	0	0	0	0	7	0,3	0	0	1.644	30,8
POÇO BRANCO	0	0	930	4,8	2.875	87,1	2588	90,3	0	0	0	0	0	0	38	1,4	0	0	3.696	69,2
TOTAL	0	0	19.313	100	3.300	100	2.865	100	0	0	0	0	0	0	2.690	100	0	0	5.340	100

Fonte: IBGE, 2006.

LEGENDA:

11-Codornas: efetivo do criatório; 12-Caprinos: efetivo dos rebanhos; 13-Vacas ordenhadas: quantidade; 14-Leite de vaca: produção/quantidade; 15-Ovinos tosquiados: quantidade; 16-Lã: produção/quantidade; 17-Casulos do bicho-da-seda: produção/quantidade; 18-Ovos de galinha: produção/quantidade; 19-Ovos de codorna: produção/quantidade; 20-Mel de abelha: produção/quantidade.

TABELA 16: NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR EQUIPAMENTO E SETORES DO CRIATÓRIO

MUNICÍPIOS	1		2		3		4		5		6		7		8		9	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
LAJES	12	50	262	58	171	97,2	131	88,5	94	69,6	59	39,1	139	79,4	21	100	54	84,4
POÇO BRANCO	12	50	190	42	5	2,8	17	11,5	41	30,4	92	60,9	36	20,6	0	0	10	15,6
TOTAL	24	100	452	100	176	100	148	100	135	100	151	100	175	100	21	100	64	100

Fonte: IBGE, 2006.

LEGENDA:

1-Número de estabelecimentos agropecuários com tratores; 2-Número de estabelecimentos com bovinos; 3-Número de estabelecimentos com caprinos; 4-Número de estabelecimentos com ovinos; 5-Número de estabelecimentos com suínos; 6-Número de estabelecimentos com aves; 7-Número de estabelecimentos com produção de leite de vaca; 8-Número de estabelecimentos com produção de leite de cabra; 9-Número de estabelecimentos com produção de ovos de galinha.

TABELA 17: ESTRUTURA EMPRESARIAL (NÚMERO DE UNIDADES) (continua...)

MUNICÍPIOS	1		2		3		4		5		6		7		8	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
NATAL	104	98,1	44	100	54	93,1	1.665	99,5	25	92,6	991	99,6	13.340	99,2	1.837	99,4
LAJES	1	0,94	0	0	4	6,9	5	0,3	1	3,7	4	0,4	87	0,6	10	0,5
POÇO BRANCO	1	0,94	0	0	0	0	4	0,2	1	3,7	0	0	25	0,2	1	0,05
TOTAL	106	100	44	100	58	100	1.674	100	27	100	995	100	13.452	100	1.848	100

Fonte: IBGE, 2005.

LEGENDA:

1-Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal; 2-Pesca; 3-Indústrias extrativistas; 4-Indústrias de transformação; 5-Produção e distribuição de eletricidade, gás e água; 6-Construção; 7-Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos; 8-Alojamento e alimentação;

TABELA 18: ESTRUTURA EMPRESARIAL (NÚMERO DE UNIDADES) (conclusão)

MUNICÍPIOS	9		10		11		12		13		14		15	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
NATAL	959	99,4	568	97,8	3.716	99,9	86	97,7	794	99,6	957	99,9	2.097	98,1
LAJES	2	0,2	7	1,2	3	0,08	1	1,1	3	0,4	1	0,1	24	1,1
POÇO BRANCO	4	0,4	6	1,0	2	0,05	1	1,1	0	0	0	0	16	0,7
TOTAL	965	100	581	100	3.721	100	88	100	797	100	958	100	2137	100

Fonte: IBGE, 2005.

LEGENDA:

9-Transporte, armazenagem e comunicações; 10-Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços; 11-Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas locais; 12- Administração pública, defesa e seguridade social; 13-Educação; 14-Saúde e serviços sociais; 15-Outros serviços coletivos, sociais e pessoais.

3.4 Os Refugiados Reassentados no Estado do Rio Grande do Norte

A proposta deste trabalho, em análise, partiu de uma experiência vivenciada, atuando por sete meses no processo de reassentamento de refugiados, em território Potiguar. Durante esse período, estivemos à frente da gestão do projeto de reassentamento, realizando, constantemente, atividades de campo e tarefas diversas inerentes à questão dos refugiados. Lembramos que o Estado do Rio Grande do Norte é pioneiro, na Região Nordeste, no que concerne a projetos de reassentamento, em parceria com o ACNUR.

O projeto de reassentamento, ora em desenvolvimento, resulta de uma ação conjunta realizada entre a Organização Não Governamental, "Centro de Direitos Humanos e Memória Popular " e o ACNUR. A necessidade de se pesquisar o processo de reassentamento é uma constante, pois, a cada dia chegam ao Brasil, novos cidadãos refugiados e as experiências de trabalho não podem ficar resumidas, simplesmente, a relatórios. O tema reassentamento deve, na verdade, ser materializado. Torna-se imprescindível apontar os dados das áreas passíveis de reassentamento e que tipos de mecanismos elas dispõem para facilitar esse processo.

No Estado do Rio Grande do Norte, no período compreendido entre o final de 2004 e o inicio de 2005, havia, apenas, 19 pessoas. Porém, nos preocupamos com a inserção destes, no contexto sócio-econômico e cultural do país. É pertinente, a necessidade de um estudo para que verifiquemos o nível de integração desses estrangeiros, no nosso território, bem como o tipo de relacionamento dos mesmos, mantidos com as pessoas do nosso Estado.

Propusemo-nos, assim, a acompanhar a execução do projeto, no Estado, que técnicas foram desenvolvidas, que tipo de contrapartida os atores e a entidade local, deram ao ACNUR e, até que ponto, o setor público envolveu-se com o Projeto.

Esperamos buscar resultados para sabermos até onde foi viável reassentar refugiados no Nordeste brasileiro e se essa experiência poderá ser reaplicada no território potiguar.

O Brasil, segundo o ACNUR, vem se inserindo cada vez mais na parceria, para o processo de reassentamento. Assim sendo, os refugiados em território brasileiro representam, hoje, pouco mais de 52 nacionalidades.

Por enquanto, o maior número de pessoas que estamos recebendo, são oriundas de países africanos. Todavia, a entrada de pessoas procedentes dos países latino-americanos vem crescendo dia após dia, em particular, da Colômbia, em virtude da sua crise interna, no que se refere aos conflitos armados e à guerrilha.

Os dados da Tabela 19 retratam o número de refugiados, atualmente, na África, na América Latina e Caribe, na Ásia e na Europa, somando-se neste total, os casos reconhecidos em período anterior a 1998 e os, até então, reconhecidos segundo o CONARE (2005).

Tabela 19: Número de refugiados por continente de procedência, até 2005

CONTINENTE	NÚMERO DE PESSOAS
África	2.506
América (América Latina e Caribe)	274
Ásia	181
Europa	113
Total	3.074

Fonte: CONARE, 2005.

Apesar de não parecerem tão expressivos, estes números refletem a intensa atividade do ACNUR, em função de poucos recursos, num momento em que o Brasil integra o ról dos países acolhedores.

Pelo que pudemos observar, no cenário internacional atual, os problemas que dão origem a conflitos armados vem se multiplicando e se agravando, além dos que já existem há mais tempo.

Os conflitos internos vividos por várias nações no mundo, reproduziram-se, na ordem internacional. Portanto, os mesmos problemas que existem secularmente, na ordem interna de cada nação, deram origem ao surgimento de uma grande massa de civis inocentes que estão em situação de perigo eminente, em sua maioria mulheres e crianças (CAVALCANTI, 1974).

As mulheres, em particular, sofrem as situações mais cruéis, pois, são bem mais vulneráveis e quando estão acompanhadas por seus filhos, passam por terríveis

traumas emocionais e psicológicos, além de sofrerem com questões relacionadas ao assédio e à violência sexuais (Figura 4) (ACNUR, 2004).

Figura 4: Mulheres refugiadas.
Fonte: http://www.unhcr.ch, 2006.

Segundo o ACNUR (2004), a Convenção sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, afirma que estas merecem especial atenção e assistência. Porém, como sabemos, não é isso que vem ocorrendo e muitas crianças são violentadas juntamente com suas mães, não existindo distinção, em termos de tratamento, para menores que estão nas zonas de conflito.

Para maiores esclarecimentos a respeito das considerações feitas, precedentemente, devemos salientar que, de acordo com a convenção de 1951, sobre o Estatuto dos Refugiados, um refugiado ou uma refugiada é toda pessoa que por causa de fundados temores de perseguição, devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política, encontra-se fora de seu país de origem (ACNUR, 2004). Posterior à condição de "refugiado", foi criada pela ACNUR, a figura do "reassentado"

> Um reassentado é antes de tudo um refugiado. Estas pessoas tiveram de buscar proteção fora de seu país de origem que não pôde ou não quis protegê-las, estando, portanto, devido ao Estatuto do Refúgio,

> preservadas contra a devolução e contra as graves ameaças que a fizeram fugir de seu país de origem. No entanto, podem ocorrer situações, mediante as quais estas pessoas, não podem permanecer no primeiro país de refúgio, por distintas razões, tanto porque o agente perseguidor, também, cruza a fronteira e o Estado de asilo não consegue protegê-la ou porque a pessoa tem dificuldades ou impossibilidades de integração (ACNUR, 2004, p.43).

Todos os indivíduos que chegaram, no Estado do Rio Grande do Norte, entre o final de 2004 e início de 2005, fizeram parte do processo de reassentamento, ou seja, já haviam obtido o refúgio em outros países. Todavia, por motivos que eticamente não podem ser citados, tiveram de ser remanejados para o território Potiguar.

Neste contexto, todas as dezenove pessoas que chegaram ao Estado do Rio Grande do Norte, se enquadram na definição de reassentados. Com exceção de um indivíduo, que é palestino, todos os demais, são da América do Sul (Colômbia). Com relação à faixa etária destes reassentados, dos dezenove, apenas cinco são indivíduos adultos. Os quadros 3, 4, 5, 6, e 7, seguintes, evidenciam o que acima foi consignado. Cada quadro corresponde ao que nós chamamos nesse processo de reassentamento de "núcleo", isto é, uma mãe ou pai com seus respectivos filhos é igual a um núcleo, como também uma pessoa solteira corresponde a um núcleo.

Quadro 3: Núcleo (sem filhos)

Reassentado	Sexo	Maior de idade	Menor de idade	Palestino
A	Masculino	X		X

Fonte: Quadro organizado pelo autor, 2007.

Quadro 4: Núcleo (sem filhos)

Reassentado	Sexo	Maior de idade	Menor de idade	Colombiano
B	Feminino	X		X

Fonte: Quadro organizado pelo autor, 2007.

Quadro 5: Núcleo (com filhos)

Reassentado	Sexo	Maior de idade	Menor de idade	Colombiano
C	Feminino	X		X
D	Feminino		X	X
E	Feminino		X	X
F	Masculino		X	X
G	Masculino		X	X
H	Masculino		X	X
I	Masculino		X	X
J	Masculino		X	X

Fonte: Quadro organizado pelo autor, 2007.

Quadro 6: Núcleo (com filhos)

Reassentado	Sexo	Maior de idade	Menor de idade	Colombiano
L	Masculino	X		X
M	Feminino		X	X
N	Masculino		X	X
O	Masculino		X	X
P	Masculino		X	X
Q	Masculino		X	X

Fonte: Quadro organizado pelo autor, 2007.

Quadro 7: Núcleo (com filhos)

Reassentado	Sexo	Maior de idade	Menor de idade	Colombiano
R	Feminino	X		X
S	Masculino		X	X
T	Masculino		X	X

Fonte: Quadro organizado pelo autor, 2007.

Observamos nos quadros, que grande parte dos reassentados no Estado do Rio Grande do Norte, são crianças e que existem casos, como do reassentado "L" (Quadro 6), em que o mesmo teve de pedir reassentamento e vir para o nosso Estado acompanhado de cinco filhos menores de idade, tornando mais difícil o processo de integração.

> A integração é uma viagem longa e pessoal, que contém um auto-exame, a aceitação em uma nova comunidade e um sentimento de pertencer a ela. Requer um certo nível de orgulho da própria identidade e uma disposição de adotar as práticas culturais da comunidade que acolhe o refugiado. A integração é algo mais que conseguir a auto-suficiência. Inclui um compromisso para participar plenamente da sociedade que acolhe o refugiado, esperando reciprocidade responsável por parte das comunidades de acolhida (YANG apud ACNUR, 2004, p. 17).

Com relação à localização, os refugiados solteiros, que correspondem a dois núcleos (sem filhos), foram reassentados em Natal, onde encontraram os meios mais adequados para sua integração social. Já os outros três núcleos (com filhos), foram reassentados nos municípios de Poço Branco e Lages, na zona rural, com a finalidade de facilitar o seu acesso ao modo de vida que detinham no seu país de origem. Assim sendo, o problema que se configura, reside no fato de termos averiguado que todos os agentes envolvidos no processo de reassentamento identificaram insuficiências, claramente, detectadas na estrutura disponibilizada pelo Estado do Rio Grande do Norte, para atender condignamente, os referidos reassentados, conforme prescreve o ACNUR.

3.4.1 Os núcleos de refugiados existentes no Estado do Rio Grande do Norte

3.4.1.1 Núcleo familiar do refugiado Rafael

O refugiado Rafael nasceu em 18 de março de 1971, no município de Villa Garzõn, Departamento de Putumayo, na Colômbia. Rafael não chegou a viver em outro lugar, antes de pedir refúgio ao ACNUR, sempre vivendo da terra, na área onde nasceu. O referido tem escolaridade análoga ao nível médio do Brasil, tendo concluído, depois, cursos técnicos nas esferas da construção civil e da agricultura.

Do ponto de vista da composição familiar (o que chamamos de núcleo), Rafael chegou em situação muito delicada. O mesmo ingressou em território potiguar, na companhia de cinco filhos menores (com idades variando entre quatro e nove anos). As crianças carecem da presença materna, não tendo, o refugiado, feito qualquer alusão a respeito da mesma. Ao que parece, por vontade própria, a mãe resolveu permanecer na Colômbia.

O problema real enfrentado por este núcleo familiar foi de origem política, ou seja, o chefe da família não aceitava o regime imposto pelos camponeses aliados aos grupos de guerrilha. Era visado, pelo fato de exercer uma posição de liderança entre os camponeses. Segundo o refugiado, este era coordenador de uma organização não-governamental ligada ao meio ambiente, sendo, por conseguinte, duplamente visado: como coordenador da aludida organização e como líder camponês.

Como se não bastassem os problemas enfrentados por Rafael, com as FARC, na área onde vivia, o referido, ainda, se confrontava com outra questão que impossibilitava a sua permanência, na Colômbia: o combate contra os cultivadores de coca, fossem eles guerrilheiros ou exclusivamente narcotraficantes e camponeses ligados às drogas. O governo da Colômbia estava promovendo dispersão de venenos nas plantações com a utilização de aviões. Ficou bem evidente que esta pulverização em massa não atingia apenas as plantações de coca naquele local, mas também, os cultivos de subsistência dos campesinos. Tais pulverizações contaminaram os corpos d'água, comprometeram a integridade física de várias espécies animais, silvestres e domesticados, a floresta, os tanques de piscicultura, incluindo acidentes fatais com pessoas.

É este o cenário desenhado pelo refugiado, um território comandado pela guerrilha, neste caso as FARC, que o utiliza tanto para plantar coca, como também para arregimentar novos guerrilheiros. O interesse maior da guerrilha em arregimentar e transformar camponeses em soldados sugere um futuro vínculo que a pessoa recrutada e sua família terão com as FARC. Por isso, em algumas localidades, cada família é obrigada a ceder um dos seus filhos para guerrilha, seja pelo convencimento ou como acontece, na grande maioria das vezes, pelo uso da força. É do interesse da guerrilha manter uma célula, em cada departamento, manifestando sua presença em cada uma daquelas unidades territoriais.

Os representantes da guerrilha colocam os camponeses diante das seguintes alternativas: seguir as diretrizes impostas pela guerrilha; migrar para outro departamento ou morrer. Segundo o refugiado, mortes ocorreram, com freqüência, porquanto somente esta realidade poderia explicar o desaparecimento de numerosos seres humanos.

Assim sendo, tendo em vista o depoimento acima ressaltado pelo colombiano em questão, este resolveu migrar para o Equador, onde viveu, por mais de três anos, na cidade de Quito. Chegando a Quito, com seus filhos, na condição de turista, percebeu que não poderia permanecer, prolongadamente, no aludido país, sob pena de ser considerado um clandestino. Assim sendo, procurou as autoridades competentes, explicando, aos mesmos, a situação na qual se encontrava, no intuito de equacioná-la devidamente. As autoridades interpeladas entenderam que o seu apelo estava diretamente afeto às autoridades do ACNUR, o qual teria a competência para assentá-lo, em Quito, como refugiado, incluindo os seus cinco filhos menores (núcleo). Ainda que tenha obtido ajuda da Igreja Católica, a sua vida em Quito tornou-se extremamente difícil, no decurso dos três anos que ali habitou. Naquela oportunidade, morou num albergue, por quase um ano, tendo, trabalhado na construção civil, aliás, área que lhe era totalmente alheia, no que concerne à modalidade de trabalho e, ainda, não teve outra alternativa senão arcar com despesas de saúde e educação. Somando-se a tais percalços, o refugiado foi alvo de discriminação, porquanto os equatorianos não perceberam a gravidade do seu problema, chegando, até mesmo, a considerá-lo um guerrilheiro.

Em face desta difícil situação, o colombiano resolveu dialogar, novamente, com o ACNUR, solicitando, daquela instituição, o seu reassentamento em outro país, no qual ele tivesse a garantia de segurança e condições de sobrevivência. Após acionar todos os dispositivos legais, este núcleo foi encaminhado ao Brasil, passando por Brasília-DF, e, posteriormente, Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, onde, então, teve início, com este núcleo, a primeira experiência de reassentamento, no nordeste brasileiro (25/11/2004).

Chegando a Natal ficou alguns dias nesta cidade, tendo sido, posteriormente, encaminhado para o município de Lages. A escolha deste local para o reassentamento do refugiado levou em conta as suas habilidades inerentes às práticas agrícolas. Teve sua primeira moradia alugada e mantida pelo ACNUR, além, de apoio financeiro relativos à alimentação, saúde e educação para seus filhos.

Ficou claro para o refugiado que, uma vez reassentado ele, doravante, teria que assumir a responsabilidade da sobrevivência familiar, em virtude da ajuda dispensada pelo ACNUR ser de natureza temporária. Neste reassentamento, Rafael procurou demonstrar a sua habilidade de agricultor e empreendedor. Chegando ao Rio Grande do Norte, esperava trabalhar na condição de consultor de proprietários rurais. Todavia, a realidade, por ele enfrentada, foi outra, isto é, das atividades agrícolas, não logrou resgatar o sustento adequado para os seus filhos. Diante disso, procurou outras alternativas para sua sobrevivência, buscando parcerias com entidades locais, montando, para isto, um Projeto Agrícola Sustentável. A porção de terra em que o refugiado vem desenvolvendo seu projeto pertencia a um particular, que cedeu a concessão de uso de suas terras à Associação Educacional de Controle e Proteção Ambiental – AECOPAN (entidade do terceiro setor, ligada ao Meio Ambiente e que tem feito o acompanhamento da relação sustentável entre a agricultura com área nativa) e ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Esta é uma área de aproximadamente 30 hectares, quase toda tomada por vegetação nativa, encravada na área pertencente ao município de Lages. Ele nos esclareceu que a área que pode ser cultivada é de no máximo 10 hectares (os outros 20, constituem áreas de proteção ambiental de mata nativa).

Realmente, ali foram constatadas espécies arbustivas e arbóreas nativas, do sertão nordestino, presentes na área, tais como a jurema-preta, angico, juazeiro, oiticica etc. No que tange à manutenção da flora local, o agricultor expôs, que é do seu interesse, fazer, num futuro próximo, um pequeno viveiro de mudas nativas e replantio dentro e fora da área do projeto.

Tendo em vista os redimensionamentos que foram levados a termo, em relação ao refugiado, o mesmo tem conseguido, através das práticas agrícolas, salvaguardar a sobrevivência de sua família.

No Projeto Agrícola, desenvolvido por Rafael, encontramos outros tipos de culturas. Segundo o refugiado, outros produtos poderão ser consorciados, tanto pela qualidade do solo, como pela acessibilidade da água. Observamos no Quadro 8 a quantidade de produtos relativos ao segundo semestre de 2006, estimativa feita com base na produção em andamento, dentro da área do Projeto Agrícola Sustentável.

Quadro 8: Colheita para o segundo semestre de 2006.

P R O D U T O	Q U A N T I D A D E
Feijão	600 Kg
Milho	10.000 Un
Melão	500 Un
Melancia	1.000 Un
Jerimum Leite	2.000 Un
Jerimum Caboclo	2.000 Un

Fonte: Quadro organizado pelo autor, 2006.

Salientamos que os dados apresentados no quadro acima, são estimativas apontadas pelo refugiado, com base no que ele plantou nos três hectares do projeto. Nesta área, estão sendo cultivadas as culturas de milho, feijão-verde, melancia, melão e jerimum, em fileiras, na forma de consórcio, com o uso da irrigação por gotejamento (Figura 5).

Figura 5: Culturas produzidas na área do projeto.
Fonte: Cruz, 2006.

No Quadro 9 está consignada a disposição dos recursos hídricos que alimentam toda área cultivada:

Quadro 9: Fontes de água do Projeto Agrícola Sustentável

RESERVA	CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO (m^3)	CAPACIDADE DE VAZÃO (l/dia)	USO
Cacimba	s-d	3.000	Bombeamento diário
Cisterna	20	-	Apenas para emergência

Fonte: Quadro organizado pelo autor, 2006.

O refugiado nos relata que na irrigação por gotejamento, não há desperdício de água, contribuindo, assim, para um desenvolvimento sustentável e para uma boa gestão dos recursos naturais (Figura 6). O Projeto já chegou a ter auxilio de três agricultores locais, que recebiam como pagamento, parte do lucro da venda do que é produzido na área de cultivo, majoritariamente comercializados na feira-livre do município.

Entretanto, há feirantes que resgatam a produção na propriedade diligenciada pelo refugiado ou na residência do mesmo.

Figura 6: Irrigação por gotejamento, adotada no projeto.
Fonte: Cruz, 2006.

O fato mais interessante constatado, na pesquisa de campo, foi a forma, mediante a qual, o colombiano logrou as mangueiras para a irrigação, na área do projeto. Segundo ele não dispunha de dinheiro, tendo arranjado um cheque com um amigo. Ficou sabendo de uma empresa de fruticultura em Assú que estava fechando suas portas e, por isso desfazendo-se do seu equipamento de irrigação. O referido encaminhou-se à Assú e comprou uma boa quantidade de mangueiras. Era mais do que ele precisava. Alugou um caminhão e saiu revendendo parte destas mangueiras, a pequenos agricultores locais. No final de tudo, as mangueiras que sobraram para o colombiano, saíram de graça.

O refugiado, tendo em vista as decisões tomadas sobre as mangueiras, denotou ter capacidade para superar momentos difíceis. Portanto, mesmo não estando empregado ou subempregado, ele tem conseguido levar sua vida. Em posterior visita ao

refugiado, realizada em 8 de abril de 2007, verificamos novamente a sua área de cultivo (Figura 7).

Figura 7: Milharal irrigado por gotejamento.
Fonte: Cruz, 2006.

Devemos ressaltar, que toda a área do milharal é irrigada por gotejamento, otimizando, e, assim, evitando desperdício.

Tendo necessidade de estar sempre próximo da sua área de cultivo, o refugiado sentiu necessidade de se deslocar e morar mais perto do seu trabalho. Sendo assim, migrou do centro do município de Lages para periferia do mesmo, onde residindo praticamente vizinho a área de trabalho, pode de tudo cuidar e acompanhar os seus filhos (Figuras 8 e 9).

Figura 8: Primeira residência de Rafael e família, no centro de Lages/RN.
Fonte: Cruz, 2006.

Figura 9: Segunda residência de Rafael e família, na periferia de Lages/RN.
Fonte: Cruz, 2006.

Devemos salientar que Rafael ficou a vontade para falar sobre o seu trabalho. Entretanto, quando perguntado sobre seus filhos, limitou-se a responder que os mesmos estavam estudando e esforçando-se para se acostumar com a nova vida. Lembrou, finalmente, que constituiu uma outra família, tendo, uma filha nascida em Lages.

Para Rafael, ser um refugiado é estar à mercê da consciência dos demais, ser um fugitivo da sua terra natal, conviver com a desconfiança e o medo, no dia-a-dia, ter saudades de casa, da cultura, da terra, dos amigos e muitas lembranças.

3.4.1.2 Núcleo familiar da refugiada Roberta

Roberta nasceu em 22 de fevereiro de 1970, em Puerto Assis, Departamento de Putumayo, na Colômbia. Logo no início detectamos que a mesma é nascida e criada na zona rural. Antes de pedir auxílio ao ACNUR, vivia em Villa Garzõn (Putumayo). Quando perguntada sobre suas habilidades, nos esclareceu que trabalhara, exclusivamente, como dona de casa, não possuindo habilidades relativas ao cultivo da terra. Com relação ao seu nível de escolaridade, possui o equivalente ao ensino fundamental no Brasil, não tendo freqüentado nenhum curso profissionalizante.

A refugiada, juntamente, com seus sete filhos (com idade entre 1 e 18 anos) foi reassentada no Estado do Rio Grande do Norte. A referida é viúva, quanto ao seu estado civil e assumiu uma postura de grande reserva quando se aludiu ao óbito do seu esposo. Devemos ressaltar, que no decurso do nosso diálogo com a mesma, esta mostrou-se pouco propensa a falar sobre os antecedentes da sua vida pessoal.

Quando perguntada sobre o motivo do seu pedido de reconhecimento como refugiada, ressaltou que a razão foi de natureza política. Roberta alegou não sentir-se segura no local onde vivia, na Colômbia, em face das atividades guerrilheiras ali ocorrentes, geradoras de um clima de continuada violência. Segundo a refugiada, eram freqüentes, na área onde vivia, arbitrariedades, tais como: decapitações, pessoas com as faces desfiguradas por ácido e torturas que denotavam grande crueldade. Depois de tais relatos, podemos entender porque a mesma não quis comentar nada sobre o óbito ocorrido em sua família.

Diante do exposto, Roberta através da Cáritas Internacional, entrou em contato com o ACNUR, em Quito, onde logrou o seu primeiro refúgio. Lá, um dos filhos conseguiu trabalho, num posto de gasolina e o seu patrão concedeu-lhe, mediante

aluguel, a casa onde passou a residir. Lembrou-se que recebeu algumas panelas, colchas e três meses de cesta básica. Entretanto, saúde e escola eram pagos, tornado, impossível, continuar morando na referida cidade. Em face das questões referentes à saúde e à educação dos seus filhos, a refugiada, na impossibilidade de arcar com as despesas inerentes aqueles pontos fundamentais, não teve outra alternativa, senão solicitar o reassentamento da sua família, em outro país.

Assim, após uma longa permanência em Quito, a família, com a anuência do ACNUR, partiu para a capital potiguar (Brasil). Após alguns dias, na capital do Rio Grande do Norte, a refugiada foi encaminhada para a área de reassentamento, no município de Poço Branco (Figura 10).

Figura 10: Primeira residência de Roberta e família, em Poço Branco/RN.
Fonte: Cruz, 2006.

Todavia**,** levando-se em conta que Roberta não era afeita às lides rurais, foi sugerido pelo ACNUR, que a referida optasse por um curso profissionalizante, com o objetivo de preparar-se, adequadamente, para a sua vida futura, em Poço Branco. Desta forma, o curso escolhido remeteu-se a elaboração de atividades artesanais, entre elas, os bordados. Entretanto, a refugiada declarou não ter logrado êxito no desempenho desta atividade, passando por muitas dificuldades.

Quando a mesma fez uma retrospectiva desde a sua chegada, em meados de novembro de 2004, ponderou que muitos programas sociais a ajudaram. No município, os seus filhos menores foram inseridos no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI e, os maiores, no Programa Agente Jovem. Além disso, obteve acesso gratuito à educação e à saúde gratuitos, para toda a comunidade familiar.

Lembrou, enfim, Roberta, que o único acontecimento digno de menção, no decurso da sua permanência em Poço Branco, foi o nascimento de sua neta, filha do seu primogênito. Em virtude das poucas oportunidades de trabalho, em Poço Branco, a família ainda depende da colaboração do ACNUR. O maior desejo, deste núcleo familiar é encontrar uma pátria que os receba e garanta a sua sobrevivência. De acordo com o pensamento de Roberta, uma pessoa que procura a felicidade longe de sua terra, não tem uma vida nada fácil.

3.4.1.3 Núcleo familiar da refugiada Soledade

A refugiada colombiana que doravante chamaremos Soledade, chegou no mesmo período que a refugiada Roberta, acompanhada dos seus filhos (dois) menores de idade. Chegando a Natal, também, foi encaminhada para o município de Poço Branco. Seguindo as diretrizes da agência da ONU para refugiados, Soledade e seus filhos obtiveram o aporte necessário para iníciar uma vida nova. No município de Poço Branco, a Agência disponibilizou uma residência para que seu núcleo familiar tivesse acolhida, bem como os exames de saúde, os quais constituíam providências fundamentais, no caso dos refugiados. Nos primeiros contatos que tivemos com a referida, pudemos notar que se tratava de uma pessoa muito simples, com quase nenhuma escolaridade. Assim sendo, a inexistência de qualificação resultou no enfrentamento de enormes dificuldades, por parte de Soledade. Como vimos, precedentemente, a referida morava numa casa muito simples e em face dos problemas divisados, começou a questionar sobre a sua permanência em Poço Branco. Por outro lado, faz-se mister ressaltar que a refugiada não tinha um perfil que a habilitasse a viver num outro local, com outras ou melhores alternativas de trabalho (Figura 11).

Figura 11: Casa em que morou Soledade e seus filhos, em Poço Branco/RN.
Fonte: Cruz, 2006.

Até o nosso último contato com a refugiada, infelizmente, a sua situação, em Poço Branco, permanecia inalterada.

3.4.1.4 Núcleo da refugiada Rosário

A refugiada que nomearemos em nossa pesquisa, como Rosário, também, é natural da Colômbia, não tendo ressaltado, na ocasião da nossa investigação, a sua data de nascimento, bem como referências detalhadas sobre o local, na Colômbia, onde viveu a maior parte da sua vida. O seu último local de moradia, na Colômbia, foi em Santander, no qual o seu pai e seu irmão sofriam constantes ameaças de morte. Portanto, segundo a depoente, a sua vida, bem como a dos seus familiares, na Colômbia tornou-se, absolutamente, inviável. Em face das constantes ameaças, Rosário resolveu entrar em contato com o ACNUR, com a finalidade de solicitar a sua saída do país, na condição de refugiada. Mesmo deixando para trás seu pai e o seu irmão, que optaram por ficar, considerou ser mais prudente, deixar a Colômbia.

Rosário é solteira, não tem filhos, sendo formada em Economia. A sua saída da Colômbia está estritamente vinculada ao fato de não concordar com a ideologia dos

grupos guerrilheiros, os quais, de acordo com a sua opinião, disseminam o terror, no seu país.

Sua trajetória na migração como refugiada, teve início quando uma freira colombiana, sabendo de sua delicada situação, sugeriu que ela procurasse o ACNUR, em Quito. Depois de ter passado por todo processo legal, foi reconhecida como refugiada e, desta maneira, assentada em Quito. A entrevistada nos deixou bem claro, que não se adaptou à capital equatoriana e que, em pouco tempo, já estava solicitando o seu reassentamento, em outro Estado-Nação. O aludido processo foi muito lento, tendo em vista que a mesma ficou em Quito, por quase três anos. Lá, não constituiu família, morando num apartamento simples e, tendo como atividade a de recepcionista, além do auxílio prodigalizado pelo ACNUR.

No que concerne a vinda para o Brasil, salientou que não teve conhecimento sobre o seu reassentamento no Nordeste brasileiro, o qual lhe era totalmente desconhecido. Chegando a Natal em 03 de dezembro de 2004, fixou residência no bairro de Dix Sept Rosado. Recebeu apoio do ACNUR com relação à moradia, bolsa alimentação, atendimento médico e recursos para transporte.

Em relação a esfera profissional, a refugiada declarou não ter logrado qualquer colocação. Todavia, lhe foi oferecido, pelo ACNUR, a oportunidade de fazer um curso profissionalizante. Escolheu a área de culinária, no Hotel Escola Barreira Roxa, que dispõe de um centro de excelência, o qual oferece oportunidades para aqueles que por ele passam.

Ficou-nos claro que a refugiada em questão, não está satisfeita com a sua permanência em Natal, mostrando-se, aliás, não adequadamente adaptada a este local. Rosário, ainda, assinala a sua surpresa, pelo fato de uma cidade como Natal não deter, por completo de um sistema de saneamento básico adequado, bem como apresentar dificuldades na área da saúde, da educação e do emprego.

Devemos ressaltar que a refugiada teve oportunidades, todavia, não as aproveitou, dando-nos a impressão que o problema central que a incomodava era a sua não aceitação de ter sido reassentada em Natal.

A guisa de última informação, a refugiada nos esclareceu sobre o seu pedido, junto ao ACNUR para deixar Natal. Na seqüência, o aludido órgão a encaminhou para a cidade de Goiânia.

3.4.1.5 Núcleo do refugiado Omar Yasser

Omar foi o pseudônimo usado para se referir ao único refugiado, não colombiano, entre os dezenove chegados em Natal, no período estudado. Nascido em 12 de dezembro de 1968, em Jerusalém, Omar nos esclareceu que, além de sua terra natal, também viveu na Síria, no Líbano e na Jordânia. Casado e pai de um filho (hoje com 4 anos), disse ter sido a sua principal dificuldade, ter se deslocado sem sua família.

Possui nível superior com graduação em Ciências Sociais e, também, ressaltou a sua condição de militar, na Palestina. Seu pai ocupava cargo de relevância, no exército palestino. Segundo o refugiado, desde a infância teve acesso aos armamentos, além de ter sido treinado no manejo de pistolas, fuzis e lança-mísseis.

Viveu longo tempo em Cuba, desde setembro de 1989, tendo se deslocado para este país, por conta própria. Não existia um só lugar na Palestina, que lhe oferecesse segurança pessoal. Temendo por sua vida, resolveu sair do território palestino, com receio que lhe acontecesse o que se verificou com seu pai. Disse-nos ele, ser o ano de 1987 o mais emblemático e difícil de ser lembrado, porquanto foi neste período, que o seu pai desapareceu misteriosamente, sem deixar rastro. Assim, até hoje nem ele e tampouco e os seus irmãos, sabem do paradeiro do seu progenitor.

Das lembranças de sua terra natal, não esquece já ter sido preso por seis meses, simplesmente, por tornar públicas suas idéias. Todavia, julga ter tido sorte, levando-se em conta que muitos foram presos e desapareceram completamente. Segundo o entrevistado, muitos presos palestinos não têm contato com seus familiares, sendo muito difícil sair de tais prisões.

Na seqüência, o refugiado salientou ter vivido em Cuba, inicialmente, na clandestinidade. Antes de pedir ajuda ao ACNUR trabalhou, neste país, como guia turístico e cozinheiro.

Em face das dificuldades crescentes pelas quais passou em Cuba, resolveu, então, solicitar ajuda ao ACNUR. Todavia, o seu processo como refugiado esbarrou com no seguinte entrave: sua mulher e filho eram cubanos e ele, encontrava-se naquele país, numa condição ilegal. Assim sendo, ele poderia solicitar refúgio, mas não sua esposa e filho, legitimamente cidadãos cubanos.

Quando o ACNUR resolveu todos os trâmites legais, enviou Omar para Estado de São Paulo e de lá, o mesmo partiu rumo à Natal (em 19 de dezembro de 2004). Naquela ocasião, o ACNUR prometeu-lhe, trazer, para o Brasil, sua esposa e filho, todavia, não como refugiados. A referida transação seria levada a termo entre o governo cubano e o ACNUR.

Ao chegar a Natal, Omar, a exemplo dos demais refugiados, teve toda sua situação legal providenciada. Também foi solicitado, atendimento médico para realização dos seus exames de saúde. No que concerne à língua, o palestino não encontrou dificuldades, uma vez que falava, fluentemente, o espanhol.

Quanto ao trabalho, foi encaminhado ao Hotel Escola Barreira Roxa, em Natal. Lá, fazia curso profissionalizante, com a finalidade de se preparar para a função de garçom, na capital potiguar.

Em Natal alegou ter morado em três diferentes endereços, em face da sua não adequação aos ambientes onde habitou: primeiro, em uma república de estudantes, no bairro de Lagoa Nova; segundo, em um pequeno apartamento, próximo à praia de Areia Preta e, terceiro, em uma pequena vila, no bairro do Alecrim. Todavia, uma análise mais detida da não adequação do refugiado, mostrou-nos, que na realidade, o seu problema não residia nas áreas onde morou, mas o que se fazia notório, era a falta que sentia da sua família. Por outro lado, estava-lhe assegurada a assistência do ACNUR, à saúde e aos cursos profissionalizantes.

Sempre que o ACNUR entrava em contato direto com Omar, este mostrava o seu desespero pela ausência da sua mulher e filho. Mostrou-se um homem abatido, frágil e desconsolado, pelas aludidas razões. Perguntou-nos até, em que medida a pesquisa que fazíamos, poderia ser útil à causa do translado da sua família, ao Brasil.

Percebemos, pelo exposto, que a adaptação deste refugiado só teria um desfecho feliz com a chegada de sua família ao nosso país. Além disso, Omar lamentou muito a impossibilidade de retorno a sua terra natal.

Quando perguntado sobre o que é ser um refugiado, na sua opinião, Omar Yasser expôs: um refugiado, seja ele político ou religioso é uma pessoa sem liberdade de expressão e, à qual não é dado o merecido respeito.

Devemos ressaltar que a postura do Brasil pode ser vista como exemplar, apesar das dificuldades, pois tanto a Convenção de 51, quanto o Protocolo de 67, foram

recepcionados por nosso ordenamento, o qual ainda promulgou uma lei específica para refugiados, inserindo em seu elenco de Políticas Públicas, a proteção de seres humanos, com bem fundado temor de perseguição.

Um dos grandes problemas, atuais, do Direito Internacional dos Direitos Humanos e do Direito Internacional dos Refugiados, vem a ser a sua efetivação, posto que, ela depende da vontade dos Estados. Tal dependência traz consigo limitações tanto internacional, quanto internamente, uma vez que demanda, além de uma conscientização internacional, a educação interna para a acolhida de refugiados, sendo que, muitas vezes, os nacionais dos países de acolhida vêem os refugiados, como uma ameaça à garantia de seus próprios direitos, em especial, de seus direitos sociais, pressionando os Estados a evitar ou a limitar o reconhecimento do *status* de refugiados.

Isso ocorre, porque os nacionais enxergam o refugiado como um migrante e, imediatamente, associam a sua inclusão na ordem interna com a perda de empregos e benefícios, fenômeno comum no mundo globalizado. Tal postura, vem a ser o que Alexy (1999) denomina "colisões de direitos fundamentais idênticos de titulares diferentes", a qual somente pode ser resolvida por meio da escolha do princípio de ponderação, que levaria à flexibilidade dos direitos envolvidos, para que ambos sejam protegidos.

Ocorre que com os problemas sociais enfrentados pelos Estados atualmente, agravados pelo fenômeno da globalização, é raro encontrar pessoas dispostas a flexibilizar os seus direitos para contemplar uma maior gama de titulares, residindo nesse fato, um dos grandes entraves à difusão do Direito Internacional dos Refugiados, no que concerne à sua integração nos países de acolhida.

A isso, somamos a falta de informação sobre a temática, o que impossibilita o entendimento da necessidade de assistência aos refugiados, como, por exemplo, no caso do Brasil, que possui um bom sistema de acolhida, mas cuja sociedade, em geral, ainda não tem a compreensão adequada dos problemas destes.

Neste sentido, encontramos a preocupação de Hathaway (1990) com o esvaziamento, do já enfraquecido, Direito Internacional dos Refugiados (uma vez que depende da vontade política dos Estados), pois a conciliação entre "governos, com uma esfera de preocupação cada vez menor" e "o aumento do número de pessoas, que necessitam fugir, em função da incapacidade de seus governos, de lhes garantir as

proteções mais básicas", por um ramo do direito baseado "em um frágil consenso político", é cada vez mais preocupante e, podemos questionar se a concessão de maiores proteções aos refugiados será possível.

É em face desta situação que o ACNUR e a ONU, têm tentado difundir ao máximo a temática dos refugiados, com o intuito de diminuir a rejeição à sua acolhida, por meio da conscientização da situação dramática, pela qual eles passam e da adoção de novos meios de asseguração da proteção internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos novos tempos, iniciamos um novo milênio, presenciamos novas guerras e novas formas de opressão e injustiça. Precisamos de uma nova humanidade, de novos líderes.

Neste contexto mundial, a atuação da sociedade e das Universidades, as palavras, os estudos e o compromisso de cada um com a causa dos refugiados será como um grito, um alerta, um desafio e uma ordem, pela sua autoridade moral e porque fala em nome da humanidade.

Não só a Cáritas, mas todos queremos lamentar e denunciar injustiças, a opressão e os massacres de nossos irmãos, expulsos de suas terras, arrancados de suas raízes, de suas famílias e de sua própria pátria.

Queremos, também, que o grito dos oprimidos e as vozes dos refugiados, penetrem na consciência e no coração de muitos, principalmente, daqueles que são a causa ou estão na origem do sofrimento desta parcela da humanidade, sem dúvida a mais sofrida, porque perseguidos e injustiçados, vítimas da violência, da guerra, das ditaduras e da discriminação racial e religiosa.

Não basta lastimar e lamentar, denunciar ou acusar, é preciso exigir uma mudança, uma conversão de quem tem ou se arroga o poder de vida e morte.

É preciso, em nome da vida humana, impor o fim da guerra e de todo tipo de dominação, exploração e opressão.

Marcadas pela dor, pela angústia e pelo desespero, muitas pessoas buscam refúgio, em nosso país, esperando encontrar um pouco de justiça e de liberdade, através da nossa acolhida e compreensão.

O Brasil, o Governo e todos nós cidadãos, precisamos oferecer-lhes condições de sobrevivência e integrá-los na sociedade, para que possam reconstruir a sua vida e a de sua família neste país que, generosamente, os acolheu.

Continuemos com o coração aberto e as mãos estendidas, indo ao encontro daqueles que continuam buscando, com dignidade, aquilo que outros homens tiraram deles: a pátria, a família, a paz.

REFERÊNCIAS

ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **1° treinamento para reassentamento de refugiados no Brasil.** Brasília: ACNUR, 2004. Apostila interna.

_____. **Seminário de Avaliação sobre o Programa de Reassentamento no Brasil**. Brasília: ACNUR, 2005. Apostila interna.

_____. **Lei 9474/97 e coletânea de instrumentos de Proteção Internacional dos Refugiados.** Brasília: ACNUR, 2004. Material de divulgação.

_____. **Manual de Procedimentos e critérios para determinar a condição de Refugiado de acordo com a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados**. Brasília: ACNUR, 2004. Material de Divulgação.

ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **A situação dos refugiados no mundo – Em busca de soluções.** Lisboa: ACNUR, 1997.

ALEXY, R. Colisão de direitos fundamentais e realização de direitos fundamentais no estado de direito democrático. **Revista de Direito Administrativo**, v. 217, julho/setembro, p. 67-79, 1999.

AMARAL JÚNIOR, A. A paz em tempos sombrios, **O Estado de São Paulo**, 21 set 2001.

ASAV, Associação Antônio Vieira. Disponível em: <http://www.associacaoantoniovieira.or.br>. Acesso em: 18 jun 2007.

BARROS, E. L. L. **Perfil da evolução urbana de Parnamirim-RN.** Monografia (Especialização) – Departamento de Geografia/UFRN, Natal, 1989.

BAPTISTA, L. O. **Mundialização, comércio internacional e direitos Humanos.** Seminário de Direitos Humanos no Século XXI. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 1998.

BRASIL. CONARE, Comitê Nacional para Refugiados. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/snj/conare.htm>. Acesso em: 15 jun 2007.

BAUMAN, Z. **Globalização:** as conseqüências humanas. Trad. Marcus Panchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

CÁRITAS BRASILEIRA. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.caritasbrasileira.or/>. Acesso em: 18 jun 2007.

CASCUDO, L. C. **História da cidade do Natal.** Natal: RN Econômico, 1999.

CAVALCANTI, T. B. *et al.* **As Nações Unidas e os problemas internacionais.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974.

CDHMP. Centro de Direitos Humanos e Memória Popular. **Estatuto.** Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/w3/cdhmp/cdh/estatuto.html>. Acesso em: 18 jun. 2007.

COMPARATO, F. K. Fundamentos dos direitos humanos: a noção jurídica de fundamento e sua importância em matéria de direitos humanos. In: **Revista Consulex**, ano IV, n. 48, p. 52-61, dez., 2000.

_____. A humanidade do século XXI: a grande opção. **Revista da Pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, v. 2, p. 21-34, 2000.

CORRÊA, R. L. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Explorações Geográficas**: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COSTA, A. A **verticalização e as transformações do espaço de Natal-RN.** Tese (Doutorado em Geografia). UFRJ/PPGG, Rio de Janeiro, 2000.

DAMIANI, A. L. População e geografia. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FARIAS, J. F. C. **A origem do direito de solidariedade.** Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

GOMES, R. C.; SILVA, A. B.; SILVA, V. P. Dinâmica e espacialidade do setor terciário na cidade do Natal (RN). **Sociedade e Território**, UFRN, Natal, v. 14, n. 1, p.17-78, jan./jun., 2000.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, S. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HATAWAY, J. Reconsideration of the underlying Premise of Refugee Law. **Harvard International Law Journal**, Boston, v. 31, n. 1, p. 129-183, 1990.

IANNE, O. A era do globalismo. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

IBGE Cidades. **Censo agropecuário**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em: 10 set 2008.

IMDH. Instituto de Migrações e Direitos Humanos. **Quem somos.** <http://www.migrante.org.br/quemsomos.htm>. Acesso em: 18 jun 2007.

JUBILUT, L. L. **O Direito Internacional dos refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro.** São Paulo: Método, 2007.

KANT, I. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes.** Trad. Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70.

_____. **A paz perpétua e outros opúsculos.** Trad. Artur Mourão. Lisboa: Edições 70.

KLANT, E. Abordagem da União Européia sobre migração econômica. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/news/>. Acesso em: 27 out 2006.

LÉVI-STRAUSS, C. Raça e cultura. In: UNESCO. **Raça e ciência I.** São Paulo: Perspectivas, 1970.

MINEIRO, F. **Natal em perfil:** por uma cidade cidadã. 2. ed. ver. e atual., Natal: 1998.

MORAIS, M. C. C. Terras Potiguares. Natal: Dinâmica Editora, 1998.

NATAL. Lei Complementar nº 055, de 27 de janeiro de 2004. Institui o Código de obras e Edificações do Município de Natal e dá outras providências. In: AQUINO, Adília Maria Montenegro Diniz Correia de. **Coletânea da legislação urbanística do município do Natal**, 295-339, 2004.

NUNES, E; CARVALHO, E. A. *et al* (Orgs.). **Dinâmica e gestão do território potiguar,** Natal: EDUFRN, 2007.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Refugiados ambientais serão 50 milhões.** Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br>. Acesso em 20 out 2006.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Plano de ação Cartagena.** Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br>. Acesso em: 20 out 2006.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Brasil vai receber 100 refugiados palestinos.** Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/view_news.php?id=5754>. Acesso em: 20 jun 2006.

PEREZ, J. G. **La dignidad de la persona.** Madrid: Editorial Civitas, 1986.

PINTO, V. G. **Guerra nos Andes.** Brasília: Plano Editora, 2002.

PNUMA. Programa das Nações Unidas para o meio ambiente. **Refugiados ambientais.** Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/agencias_pnuma.php>. Acesso em: maio 2008.

RAFFESTTIN, C. **Por uma geografia do poder.** Trad. Maria Lúcia Pereira. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RICOEU, P. **Em torno ao político.** Coleção Leituras 1. Trad. Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 1995.

ROUSSEAU, J. J. **O contrato social**: e outros escritos. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1978.

SANTIAGO, J. R. O problema das migrações forçadas em nosso tempo. In: MILESI, R. (Org.). **Refugiados:** realidades e perspectivas. Brasília: CSEM/IMDH/Loyola.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão.** 5. ed. São Paulo: Nobel, 2000.

SILVA JÚNIOR, J. P. **O espaço central das atenções:** o corredor de integração da Região Metropolitana de Natal/RN. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia/URFN, Natal, 2007.

SOLIMAN, L. **Por uma história profana da Palestina.** Trad. Maria Lúcia Pereira. São Paulo: Brasiliense, 1990.

UNHCR. The Un Refugee Agency. **Refugiados**: La nueva Europa y el asilo y ahora qué? Ginebra, impresión em España: Graficas Arias Montano, nº 123, 2004.

_____. **Protegiendo a los refugiados:** preguntas y respuestas. Material de divulgação. Ginebra: UNHCR, 2005.

_____. Ayudando a los refugiados: el ACNUR em breve. Material de divulgação. Ginebra: UNHCR, 2005.

WALZER, M. **Da tolerância.** Trad. Almiro Pisetta. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

YAZBEK, M. **Palestinos em busca da pátria.** São Paulo: Ática, 1995, p. 14.